

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Thiago Carrão Sturmer

**PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO E PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA
CONSCIENTIZAÇÃO DE CIDADANIA**

Santa Maria

2021

Thiago Carrão Sturmer

**PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO E PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA
CONSCIENTIZAÇÃO DE CIDADANIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientadora: Prof. Dr^a. Dalva Maria Righi Dotto

Santa Maria

2021

STURMER, THIAGO
PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO E PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA
PARA CONSCIENTIZAÇÃO DE CIDADANIA / THIAGO STURMER.-
2021.
66 p.; 30 cm

Orientadora: Dalva Maria Righi Dotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Campus de Cachoeira de Sul, Programa de Pós
Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2021

1. Política pública 2. Corrupção 3. cidadania 4.
educação I. Righi Dotto, Dalva Maria II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, THIAGO STURMER, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Thiago Carrão Sturmer

**PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO E PROPOSTA DE POLÍTICA
PÚBLICA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DE CIDADANIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovado em 18 de outubro de 2021



**Dalva Maria Righi Dotto, Dr.^a, UFSM
(Presidente/Orientador)**



Luciana Flores Batistella, Dr.^a. (UFSM)



Kelen Franciane Scherolt Marques, Dr.^a. (UFRGS)

Santa Maria, RS

RESUMO

PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO E PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DE CIDADANIA

AUTOR: THIAGO CARRÃO STURMER
ORIENTADORA: DALVA MARIA RIGHI DOTTO

As reflexões sobre a corrupção impedem o desenvolvimento econômico, reduzem a capacidade do estado de fornecer serviços essenciais, desencorajam as pessoas de buscar o bem comum e impactam negativamente outros fatores econômicos, sociais e políticos. A participação popular e o fortalecimento dos espaços públicos são necessários para a coerência em torno da solução do problema, com a capacidade da sociedade de exercer seu papel cívico. O objetivo desse trabalho foi analisar a percepção e a tolerância da corrupção dos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, em que foi utilizado um questionário com questões afirmativas e 5 opções de respostas, de acordo com a escala Likert. As opções de resposta foram Concordo Totalmente (CT), Concordo Parcialmente (CP), Indiferente (I), Discordo Parcialmente (DP) e Discordo Totalmente (DT). A partir da obtenção dos resultados foram feitas análises estatísticas com o software "R", no qual foram apresentadas estatísticas descritivas como Média, mediana, quartis. Além disso, foi realizado o teste Qui Quadrado para correlacionar as idades dos respondentes com as respostas que obtiveram o maior somatório nas respostas CT/CP ou DP/DT. Os resultados da pesquisa apontaram que os respondentes entendem o que é a corrupção, percebem quando alguém próximo reproduz algum ato de corrupção e tem a percepção de que no Brasil existe muita corrupção, principalmente no que diz respeito a classe política. Ainda, constatou-se que os respondentes não entendem que a segurança pública e os serviços públicos em geral no Brasil, sejam adequadas para a nossa realidade. Complementarmente, as respostas evidenciaram que os participantes da pesquisa têm a noção de que a educação é uma forma efetiva de combate a corrupção, conhecer os direitos fundamentais e incentivar as pessoas a conhecer seus direitos. A fim de colaborar com o incentivo ao combate a corrupção, foi elaborado um plano de ação, com algumas atividades e os motivos de cada uma, com o intuito de que este estudo possa contribuir para a promoção de combate a corrupção na gestão pública. Nesse sentido, o plano de ação elaborado, traz medidas simples para promover o controle social e a população entender que com ele, a corrupção pode ser investigada, fiscalizada, amenizada e principalmente combatida.

Palavras-Chaves: Política pública, Corrupção, cidadania, educação

ABSTRACT

CORRUPTION PERCEPTION AND PUBLIC POLICY PROPOSAL FOR CITIZENSHIP AWARENESS.

AUTHOR: THIAGO CARRÃO STURMER
ADVISOR: DALVA MARIA RIGHI DOTTO

The reflections of corruption impede economic development, reduce the State's capacity to provide essential services, discourage the population from seeking the common good and negatively impact economic, social and political factors. Popular participation and the consolidation of public spaces are necessary for cohesion around the solution of the problem, with the capacity of society to exercise its role in citizenship. The objective of this work was to analyze the perception and tolerance of corruption among students at the Federal University of Santa Maria. This is a descriptive research, with a quantitative approach, in which a questionnaire with affirmative questions and 5 answer options was used, according to the Likert scale. The answer options were Totally Agree (CT), Partially Agree (CP), Indifferent (I), Partially Disagree (DP) and Totally Disagree (DT). After obtaining the results, statistical analyzes were performed with the "R" software, where descriptive statistics such as Mean, median, quartiles were presented. In addition, the Chi-Square test was performed to correlate the respondents' ages with the responses that obtained the highest sum in the CT/CP or DP/DT responses. The survey results showed that the respondents understand what corruption is, realize when someone close to them reproduces some act of corruption and have the perception that there is a lot of corruption in Brazil, especially with regard to the political class. Still, it was found that respondents do not understand that public safety and public services in general in Brazil are adequate for our reality. Complementarily, the answers showed that the research participants have the notion that education is an effective way to fight corruption, know fundamental rights and encourage children to know their rights. In order to collaborate with the incentive to fight corruption, an action plan was elaborated, with some activities and the reasons for each one, so that this study can contribute to the promotion of the fight against corruption in public administration. In this sense, the action plan elaborated brings simple measures to promote social control and the population understands that with it, corruption can be investigated, inspected, mitigated and mainly fought.

Keywords: Public policies, Corruption, citizenship, education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cálculo de amostra.	30
Figura 3 - Quadro de dados de identificação da amostra.	40
Figura 4 - Análise dados macroespaciais	42
Figura 5 - Análise dos dados microespaciais	44
Figura 6 - Análise exploratória dos resultados.	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	8
1.1 OBJETIVO GERAL	9
<i>1.1.1 Objetivos Específicos</i>	9
1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 CORRUPÇÃO.....	10
2.2 A CORRUPÇÃO NO BRASIL.....	12
2.2.1 Possíveis causas da corrupção	15
2.3 O COMBATE DA CORRUPÇÃO	17
2.4 ESTUDOS REALIZADOS NO BRASIL SOBRE CORRUPÇÃO.....	20
2.5 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	29
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	29
3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	30
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1 DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA.....	35
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS DADOS MACROESPACIAIS	41
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS DADOS MICROESPACIAIS	43
4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS EXPLORATÓRIOS	45
4.5 RELAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS	47
4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
4.5 PROPOSTA DE AÇÕES	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	61

INTRODUÇÃO

No Brasil, não raros são os escândalos políticos, envolvendo o dinheiro público e sua má aplicação ou seu desvio, *relatados* pela imprensa nacional e internacional, sendo uma das maiores dificuldades no estudo da corrupção a sua abrangência e complexidade. Andrade (2013) esclarece que a corrupção abrange uma ampla gama de atos, desde corruptos até autocráticos e tráfico de influência que, muitas vezes, envolve o desvio da função pública para benefício privado.

Em uma das várias interpretações, identifica-se a corrupção no âmbito moral, que tende a ser um rompimento de virtudes intrínsecas ao indivíduo e a corrupção política que seria o resultado das próprias regras do mundo político, sem maiores relações com a moral individual (ANDRADE, 2013). O termo corrupção vem do verbo latino “rumpere”, que significa romper ou quebrar, isto é, o ato corrupto sugere a quebra ou rompimento de regras. Em outras palavras, a corrupção é a quebra de uma lei ou código moral e/ou social.

A corrupção, de acordo com Bezerra (1995), pode ser baseada em três tópicos: (a) no ofício público, quando há desvio, por parte dos funcionários públicos dos seus deveres formais com o intento de obter benefícios, para si ou para outrem; (b) baseada no mercado, que considera corrupção o ato do funcionário público que tenha como objetivo a maximização de sua renda pessoal; e, (c) ideia do bem público, que se caracteriza pela violação do interesse público em função da preocupação com ganhos particulares.

Nesse sentido, os escândalos de corrupção geram um mal-estar coletivo, refletindo um olhar cada vez mais de modo cético para a política e para os políticos. Cria-se assim um clamor popular, o que resultou na criação da Lei n. 12.846/2013, conhecida como lei anticorrupção, que responsabiliza não apenas o corrupto, mas também aponta uma responsabilização ao corruptor que, neste contexto, são pessoas físicas e jurídicas que se relacionam com a administração pública.

Pressupõe-se que a corrupção, no Brasil, foi herdada pela forma de organização social de Portugal, marcada pela existência de um estado caracteristicamente definido pela fusão entre as noções de soberania, pertencente à esfera pública, e patrimônio, pertencente à esfera privada. A partir dessa ótica, o patrimonialismo entende que existe uma fusão entre os setores público e privado, portanto, o estado tende a ver a riqueza econômica de um país como uma extensão da propriedade privada, intervindo e a controlando para fins próprios, desencadeando uma corrupção sistêmica (FILGUEIRAS, 2009).

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a democracia é semidireta ou chamada de participativa, o que significa que os brasileiros têm o direito de participar da gestão e do controle do Estado, tal afirmação é assegurada na lei: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

O controle social, entendido como participação cidadã no controle e gestão das políticas públicas, é um mecanismo de prevenção e combate à corrupção e promoção da cidadania. No Brasil, o interesse em estabelecer um controle social ativo e poderoso tornou-se ainda maior, devido à sua expansão territorial e ao grande número de cidades autônomas que possui (BACELAR, 2016).

Sendo assim, o controle social acaba se tornando um complemento necessário ao controle institucional exercido pelos órgãos de controle. Mesmo sem participar da gestão das políticas públicas, cada cidadão ou grupo de cidadãos, sozinho ou através de uma organização da sociedade civil, pode controlar os recursos públicos.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

As consequências da corrupção impedem o desenvolvimento econômico, reduzem a capacidade do Estado de fornecer serviços essenciais, desestimulam a busca do bem estar social e afetam negativamente os fatores econômicos, sociais e políticos (ARAÚJO; SANCHEZ, 2005). Por isso, o Estado, além de reconhecer o papel do setor privado na prevenção da corrupção e na manutenção de um ambiente competitivo e empresarial, pautado por princípios de ética e integridade, tem elaborado legislação para o combate a esse tipo de fraude.

Desde 1967, houve um crescimento no número de artigos publicados e citados, com a temática sobre corrupção chegando a um número superior a 200, por outro lado apenas um leva no título a palavra corrupção, denotando um tabu aparente referente ao tema. Sendo um dos 100 artigos mais citados, Brei (1996) usa no título a palavra corrupção, porém utiliza como base do referencial teórico as normas anticorrupção norte-americanas, não havendo nenhuma menção ao ordenamento jurídico brasileiro.

A fraude corporativa gera preocupações entre os investidores, tanto em relação à preservação dos ativos investidos, quanto às possíveis proteções contra golpistas que buscam enriquecer com o dinheiro de outras pessoas. Eles surgem de falhas de controle interno e estão principalmente relacionados ao uso indevido de contabilidade, espionagem corporativa,

manipulação de informações, suborno para ganho pessoal e roubo de propriedade. (WELLS, 2008).

A temática da corrupção no Brasil é debatida há décadas ou até a um século, pois “a corrupção foi um tema dos republicanos ao final do Império, repetiu-se em 1930, em 1945, em 1964” (Carvalho, 2008, p. 69). Identifica que muitos que a denunciavam em um primeiro momento viraram, em um momento seguinte, denunciados. Pode-se afirmar que a corrupção é quase um mantra para destronar quem detém o poder ou derrubar um regime. O autor complementa que esta questão ganha relevância a partir de 1989, certamente por conta da nova Constituição e conseqüentemente a redemocratização, quando “começamos a nos perguntar sobre a natureza, causas e conseqüências” da corrupção (Carvalho, 2008, p.70).

Nesse cenário, busca-se avaliar a percepção da corrupção, para fins de compreender a boa prática para a gestão pública. É importante salientar que esta avaliação estimula as instituições públicas a seguirem os princípios da administração pública presente no Art. 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; e, dessa forma, contribuindo para uma sociedade transparente, com democracia sólida e eficiente.

Diante do exposto e para nortear a pesquisa, formulou-se o seguinte problema:

Considerando a percepção e a tolerância em relação à corrupção, o que pode ser realizado para ampliar a conscientização e o combate da corrupção?

1.1 OBJETIVO GERAL

Propor ações para ampliar a conscientização e contribuir no combate a corrupção.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Verificar a percepção de estudantes da Universidade Federal de Santa Maria sobre a corrupção;
- Investigar aspectos associados de forma mais efetiva à corrupção;
- Identificar quesitos referentes à corrupção em que são necessárias ações para ampliar a conscientização e o combate a ela.

1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos que são descritos a seguir para melhor entendimento.

O primeiro capítulo tem por finalidade apresentar o panorama geral, incluindo os tópicos de introdução ao assunto, problema a ser resolvido, a justificativa e os objetivos. O segundo capítulo, busca apresentar de forma mais aprofundada os conceitos e base para a construção teórica e metodológica do trabalho, discutindo alguns conceitos sobre corrupção, como ela é vista e entendida no Brasil e o que se tem feito para combatê-la.

No terceiro capítulo é descrita a metodologia, ou seja, quais serão os procedimentos metodológicos utilizados para executar a pesquisa e chegar ao resultado.

O quarto capítulo traz as discussões do resultado da pesquisa, a partir de dados expostos em quadros e tabelas, ainda traz um plano de ações com propostas para ajudar no combate a corrupção. Por fim, as conclusões são apresentadas no quinto capítulo, trazendo a síntese dos resultados, contribuições e limitações da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção apresenta a base teórica para a presente dissertação de mestrado. Os tópicos aqui abordados são corrupção, corrupção no Brasil, as possíveis causas da corrupção, estudos sobre a corrupção no Brasil e, por fim, a educação como instrumento de combate a corrupção. Tais assuntos são importantes para compreender o estado da arte da corrupção no Brasil.

2.1 CORRUPÇÃO

O termo corrupção não possui um conceito apenas, sendo de difícil definição. Para explicar a corrupção, usa-se uma diversidade de atos, tais como: trapaça, logro, ganho ilícito, desfalque, falsificação, suborno, peculato, extorsão e outros (BREI, 1996). A variedade de significados que a corrupção possui cria uma dificuldade para chegar a uma definição apenas. Mas é consenso que pequenos desvios de comportamentos observados no dia a dia até total impunidade no crime organizado, caracteriza corrupção. Alguns exemplos como o nepotismo que tem como objetivo favorecer familiares dentro do setor público ou privado.

A corrupção decorre, basicamente, do indivíduo que atua como agente transgressor, visando a alcançar benefícios próprios, de forma súbita ou gradativa (COUTRIM et al., 2005).

O corrupto pratica coerção, buscando violar normas e obrigações éticas nas esferas financeira, política, policial ou judiciária em que atua (SOARES, 2008). Alguns autores, dentre os quais Blundo; Sardan (2000), Abramo (2005), Pinto et. al. (2008) e Rabl (2011), enfatizaram o aspecto subterrâneo da corrupção, cujo segredo é indispensável à efetividade e à diminuição dos riscos de punição, em especial, porque as consequências geralmente motivam a reação de terceiros, indivíduos, grupos, organizações e da sociedade em geral, por se sentirem prejudicados.

Segundo Bustos (2010), a corrupção política é uma prática executada por indivíduos empregados em cargo público. Para que haja a prática da corrupção, deve surgir o interesse pessoal do gestor público em desviar os recursos para benefício próprio ou de terceiros em detrimento do restante da sociedade, que deveria ser a beneficiária final. Segundo Jovatto (2005), a corrupção política pode ser definida como um mau uso e abuso de poder, sendo este público ou privado, com o objetivo de beneficiar partidos políticos, grupos específicos ou mesmo o próprio indivíduo por meio da violação de regras estabelecidas.

Para Khan (2006), Larmour; Wolanin (2006), a corrupção não constitui resultado de algum feito, mas o meio para se chegar a algum resultado, tal como uma técnica, um processo. A partir dessa compreensão, os atos de corrupção se caracterizam como tal, independentemente da efetividade pretendida pelos seus agentes, desde que os ingredientes processuais se materializem. Porém, a caracterização deste ou daquele ato como corrupto, depende de quem observa, percebe e julga, como também do contexto em que o ato e a caracterização se desenvolvem (ANDVIG; FJELDSTAD, 2001).

Para Larmour; Wolanin (2006), a corrupção existe se o comportamento corrupto é testemunhado ou detectado e se a conduta é rotulada como tal. Ferreira (1986) e Andvig; Fjeldstad (2001) afirmam que não há consenso sobre os padrões de conduta e sobre quem define esses padrões. Nem mesmo há consenso sobre a denominação de um ato como corrupto, pois isso depende do modo de percepção e do acesso às informações de quem avalia, dentre outras circunstâncias. Os padrões de moralidade são diferentes entre os países e grupos de indivíduos, cuja cultura, entre outras coisas, institucionaliza a normalidade e a anormalidade (KHAN, 2006).

A qualificação de um ato como corrupto fica mais dificultada nos casos de corrupção de menor gravidade, em que as consequências são percebidas com mais tolerância (ALMEIDA, 2012). Em certos casos, o sujeito tolerante é a própria organização, quando também obtém alguma vantagem, ou quando o balanço entre o prejuízo e os custos da estrutura de controle é economicamente negativo para a organização.

Kahn (2006) considera que os economistas e cientistas sociais geralmente definem a corrupção de forma estreita, restringindo, no contexto, a presença de agentes públicos lesando o Estado, muitas vezes em associação com os agentes privados. Seria, segundo Amundsen (1999), um modo particular de relação do indivíduo com as estruturas públicas, ou seja:

[...] de um lado, o Estado, ou seja, os funcionários públicos, burocratas e políticos, qualquer um que tenha uma posição de autoridade sobre a atribuição de direitos sobre os recursos públicos (escassos) em nome do Estado ou do governo. A corrupção é quando essas pessoas, que estão fazendo mau uso do poder público, são agraciadas com o benefício privado. O ato corrupto é quando esta pessoa responsável aceita dinheiro ou alguma outra forma de recompensa, e então começa a abusar de seus poderes oficiais, retornando favores indevidos (AMUNDSEN, 1999, p. 7).

Kahn (2006) considera que a definição supracitada tem uma vantagem, porque não envolve julgamentos morais e não depende dos diversos padrões morais das diferentes pessoas. Por exemplo, um funcionário público, que dá um emprego para um sobrinho, em troca de manter sua influência política sobre seu clã, não pode ser considerado como corrupto por alguém que pensou que seria um dever moral dele junto à família.

A lógica que prevalece é que, no exercício do poder, prevalece o interesse próprio, comportamento que se torna “senso comum”, generalizado, não se limitando apenas aos cargos, mas se estendendo a “famílias, membros de partidos e clubes” e/ou parceiros de negócios " (O'DONNELL, 1998, p. 42).

2.2 A CORRUPÇÃO NO BRASIL

Em relação às perspectivas teóricas de enquadramento da corrupção, dois aspectos são claramente identificados nos estudos que buscam explicar a ocorrência desse fenômeno no Brasil: um centra-se nas teorias do fenômeno atual: a modernização, mais precisamente o conceito de paternalismo e suas consequências; o outro está sentado à vista do rent-seeking¹, teoricamente na nova economia institucional (OLIVEIRA JR.; LUSTOSA DA COSTA; MENDES, 2016).

Existem várias maneiras de medir a corrupção, como a Escala de Corrupção de Elliott (2002), que é bastante simples: é considerada como pequena corrupção, aquela que é realizada

¹ Rent seeking — ou "busca pela renda" — é a atividade de conquistar privilégios e benefícios não pelo mercado, mas pela influência política. Na prática, é a captura das instituições regulatórias, de políticos e de burocratas com o objetivo de obter privilégios em prol de grupos interesses (NARLOCH, 2017). Disponível em: < <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2809> > Acesso 30 de out 2019.

quando funcionários privados interagem com funcionários, geralmente gerentes de baixo nível hierárquico e, a grande corrupção, ocorre quando agentes privados interagem com funcionários e ocupantes qualificados nos mais altos escalões do governo. Ainda, nesse contexto, há a escala de Acemoglu e Robinson (2012), que pode lançar luz para a magnitude do fenômeno da corrupção no Brasil, demonstrada no Quadro 1, que descreve os estágios e os *stakeholders* - principais atores envolvidos. Ressalta-se que, para a construção desta escala, não foram levados em consideração dados quantitativos, o que pode ser apontado como uma de suas limitações, apesar dessa falta de informações quantitativas nele, apresenta os estágios da corrupção e o envolvimento de *stakeholders*.

Quadro 1 – Estágios da corrupção e envolvimento de *Stakeholders*

Estágios da Corrupção	<i>Stakeholders</i> envolvidos
Máximo	Elites políticas (do Executivo e do Legislativo), elites econômicas, alta burocracia do Estado, Militares e Judiciário
Médio Superior	Todos acima, exceto Militares
Médio	Todos acima, exceto militares e judiciário
Médio Inferior	Seguimento das elites políticas, segmentos das elites econômicas e seguimentos da burocracia
Baixo	Segmentos residuais das elites políticas, econômicas, burocracia.

Fonte: baseado em Acemoglu e Robinson (2012).

a) Estágio máximo: neste caso todos os *stakeholders* estão envolvidos, embora possa haver indústrias que não fazem parte dele, mas não têm força para enfrentar e resistir ao *status quo*. Este é um caso limite, que só pode ocorrer em países onde a democracia e suas instituições não podem ditar regras de convivência e comportamento. Ocorre com mais frequência em países onde prevalece a dominação tradicional do ponto de vista weberiano, ou se tornaram estados falidos. Assim, embora no caso do Brasil a corrupção tenha crescido a níveis reverberantes, esse estágio ainda não foi alcançado. Nesse caso, espera-se que os setores anticorrupção sejam ostracizados, eliminados e até certo ponto eliminados. Esta será a fase mais sistêmica do genocídio, todas as forças sociais envolvidas lucram com os despojos e tudo parece normal (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

b) Estágio médio superior: nesse caso, dispensa militar, não significa que divisões ou integrantes da empresa não participem, operem marginalmente, encubram esquemas de fraude ou mesmo façam vista grossa. Como no caso anterior, nem todas as seções dessas partes interessadas podem participar, mas elas constituem a maioria. Sem os militares, o judiciário se tornaria parte fundamental na viabilização de planos de exploração, encobrendo ou fechando os olhos à verdade, ou mesmo realizando conluio com quem controla o sistema. Mesmo com o envolvimento do Poder Judiciário, isso não é de forma sistemática, mas os integrantes desse Poder que se opõem aos esquemas propostos terão grande dificuldade em derrubar o arcabouço existente, com esforços anticorrupção (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

c) Estágio médio: Duas instituições-chave, militares e judiciário, emergem nesse período (embora membros delas pudessem participar, mas sem a participação orgânica e sistemática dos mesmos em uma base especial). No entanto, isso não significa que não haja mais condições para a ocorrência de corrupção significativa. A convergência de interesses entre as elites políticas, econômicas e burocráticas ainda tem muito poder para realizar projetos de mineração. O modo de combatê-los depende fundamentalmente do papel do Poder Judiciário. Se este for independente e investigar, poderá tentar evitar ações exploratórias; mas certas vantagens podem ser atribuídas ao judiciário por lei, o que enfraquece o deus da anticorrupção. Alguns membros do judiciário comportam-se de maneira a encobrir a exploração, mesmo que seus colegas não concordem com eles. Uma forma comum de executar esse papel do judiciário é usar as regras existentes, como exigir que um processo seja visto e 'arrumar' o processo para prescrever um crime, ou adiar a decisão para depois da data prevista para que a sociedade esqueça o crime cometido, ou seja, tudo o que é permitido por lei (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Nessa situação, a suspeita prevalece, o jargão com o qual as instituições operam e o papel do judiciário, em esquemas de corrupção são sutis, não evidentes.

d) Estágio médio inferior: nesta fase, não há participação generalizada desses atores, mas de alguns setores deles, principalmente das elites políticas, econômicas e burocráticas. Nesta fase a corrupção é pouco frequente, ou seja, dificultando a sua percepção. Por ocorrer em pequeno número, o Poder Judiciário não é obrigado a exercer suas funções em relação ao assunto. Ressalte-se que a corrupção, além dos casos mais graves constitutivos do Estado, deve começar justamente nos estágios mais baixos e se fortalecer nos estágios mais fortes (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012)

e) Estágio baixo: neste caso participam o resto das elites políticas, econômicas e burocráticas. A corrupção pouco frequente, em particular, não mostra claramente os interesses orgânicos desses atores, diz respeito apenas aos setores que se beneficiam da oportunidade e do

conhecimento do funcionamento do aparelho estatal. Este passo parece ser o mais adequado para operações de *rent-seeking*, de forma alguma levanta pequenas quantias de dinheiro. Em geral, as instituições estão funcionando bem, há um consenso na sociedade de que a corrupção é errada e os potenciais agentes do crime não são imprudentes por causa das penalidades altas, bem como o desempenho de funções oficiais. Isso não quer dizer que o valor envolvido seja insignificante. Geralmente sim, mas crimes graves também são possíveis. Essa etapa pode ocorrer mesmo em sociedades mais avançadas com democracias integradas. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Diante do exposto, o Brasil encontra-se no meio da classe média e alta, o que dificulta o estabelecimento de uma posição mais assertiva, principalmente por conta das instituições em atuação, há muito encobrimento, o que dificulta a revelação do fenômeno em sua magnitude e intensidade. Um diagnóstico mais seguro só pode ser feito quando as investigações continuam sem perder nenhum infrator e penalidades pesadas são impostas aos envolvidos (PINHO e SACRAMENTO, 2018).

Como se constata, a escala dos episódios de corrupção de Acemoglu e Robinson (2012) é mais detalhada do que a apresentada por Elliott (2002), que atua em apenas duas categorias: pequena e grande.

2.2.1 Possíveis causas da corrupção

Na comunidade internacional, a corrupção é pontuada como fenômeno global. Essa visão é marcada pelo caráter transnacional de todos os tipos de relações existentes, sejam bens, serviços, capitais e pessoas, fenômeno ainda mais agudo em solo europeu. No entanto, Filgueiras (2009) afirma que geralmente há uma corrente interpretativa do pensamento político e social brasileiro mobilizado para explicar casos de desvio de recursos públicos e suposta imoralidade do governo brasileiro.

Os casos de malversação de recursos públicos, uso indevido da máquina administrativa, redes de clientelas e tantas outras mazelas configuram um desconforto coletivo diante da corrupção, criando uma percepção comum da desonestidade natural brasileira. Uma das marcas do povo brasileiro é que o brasileiro típico é desconfiado e, em princípio, não se recusa a gozar de algumas vantagens nas relações sociais ordinárias (FILGUEIRAS, 2009).

Salienta Faoro (2000), que o patrimonialismo é origem e fruto de um Estado que intervém na sociedade, coordenando e ordenando, desde o alto, a exploração do mundo da produção e do

comércio que tem as suas raízes no património do mundo ibérico. Ainda Faoro (op. Cit., 2000), afirma que a sociedade ibérica depende do Estado, como em Portugal em que uma autocracia logo se formou, colocando as classes sociais em instituições. As classes burocráticas do mundo ibérico se comportaram como detentoras da soberania, criando um sistema de exploração e dominação que se reinventou como marca fundamental de nossa tradição política, por meio da corrupção sistemática. Diferentemente do feudalismo e capitalismo, a marca do patrimonialismo português no Brasil, foi reforçada pela vinda de D. João, em 1808, fazendo reforçar a estrutura burocrática e estatal vigente.

Supõe-se que a tradição política brasileira não respeita a separação entre o público e o privado, resultando em um Estado pouco moderno, que não respeita as normas impessoais e racionais. O patrimonialismo é o resultado da construção da República, para que não favoreça a separação entre os meios de administração, os funcionários e governantes, permitindo-lhes acesso privilegiado para explorar sua posição. Dado o paternalismo inerente à construção do ambiente público no Brasil, a corrupção é uma espécie de realidade cotidiana, mesmo legitimada e evidente dentro do quadro tradicional (FILGUEIRAS, 2009).

O patrimonialismo, no Brasil, é fruto da relação entre Estado e sociedade, em que o primeiro oprime o segundo ao recriar o sistema de privilégios e vantagens, para os estamentos dentro da burocracia estatal. Essa classe de burocracia coordena e administra o Estado sem levar em conta as regras impessoais e racionais que separam os meios administrativos da própria função burocrática.

O resultado do paternalismo é que a corrupção faz parte da vida cotidiana em nossa constituição histórica. Com a reorganização de 1945 e o grau de envolvimento assumido pelo udenismo, a corrupção incide sobre o comportamento individual, assim “os corruptos são o povo, os políticos de Getúlio Vargas” (Carvalho, 2008, p.71). O golpe de 1964 foi justificado contra os “subversivos e corruptos”. Collor, por sua vez, direcionou sua espada contra os “marajás”. O autor argumenta que não há apenas concepção moral, corrupção pessoal, mas também corrupção política e sistêmica, ou seja, corrupção enraizada no sistema político, em seu funcionamento, por sua lógica, em sua liturgia.

O'Donnell (1996) argumenta que os países latino-americanos, em processo de democratização, ainda não conseguiram formar partidos multipartidários plenamente institucionalizados, mantendo traços de sociedades tradicionais baseadas no individualismo ou no clientelismo, incluindo, entre outros países, “a patronagem, o nepotismo, os favores e jeitinhos, até as ações que, sob as normas formais do complexo institucional da Poliarquia, seriam consideradas corruptas” (O'DONNELL, 1996, p. 19).

A utilização do referencial teórico do Patriotismo no Brasil vem após a obra, “Os donos do Poder”, de Faoro (1958). É bastante raro encontrar um autor que transcenda esse quadro nas décadas seguintes até a década de 1990, quando começou a se tornar referência. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Lopes (1976), no uso do paternalismo para explicar a realidade brasileira.

As duas correntes teóricas trazidas por Faoro (1958) e Lopes (1976) têm sido criticadas, o que mostra sua inadequação no manejo e explicação do fenômeno patriarcal. Assim para Avritzer; Filgueiras (2011), a volta ao paternalismo estreita a compreensão do fenômeno ao baseá-lo em um ponto de vista ético, criando um “engessamento crítico das instituições políticas” (Avritzer; Filgueiras, 2011, p. 8). Os autores enfatizam os fundamentos morais da percepção de corrupção inerente ao caráter brasileiro. (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011).

2.3 O COMBATE DA CORRUPÇÃO

A corrupção é encoberta e a percepção de um aumento nos casos de corrupção é provavelmente resultado não apenas do interesse nacional, mas também global no assunto, o que resultou em considerável transparência e luta de busca. Nas últimas duas décadas, estudos realizados em fóruns internacionais destacaram os efeitos nocivos da corrupção no desenvolvimento econômico. Entre eles, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento.

Wajsman (2019) também destacou que no Brasil, especialmente por influência desses órgãos, muito se avançou nas políticas, direta ou indiretamente, voltadas ao combate à corrupção. O Estado sozinho não tem condições políticas e privilégios para encontrar uma solução para um problema tão complexo. A participação popular e a consolidação dos espaços públicos tornaram-se necessárias para a coerência em torno da questão. Nesse quesito, surge a necessidade de dotar a sociedade de meios para exercer o seu papel cívico.

A corrupção está relacionada a questões éticas nas relações sociais. Para Motta (1984, p.69), a moralidade é definida como "um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos demais homens da sociedade em que vivem, e ao mesmo tempo asseguram a felicidade social". Ela estuda e interpreta os padrões morais, pois orienta as pessoas a agirem não apenas pela tradição, educação ou hábito; mas, principalmente, pela crença e inteligência.

Refletindo sobre a autonomia individual como um valor não passível de estudo da existência humana, Giannetti (2007, p. 199-110), Sêneca cita o seguinte pensamento: “Não há nada mais importante do que não seguir a matilha à nossa frente como cães machos, não para onde precisamos ir, mas para onde vão as ovelhas”.

A corrupção é certamente uma questão de escolha; portanto, os cidadãos devem estar convencidos das consequências da corrupção para o coletivo e compreender a importância da vantagem coletiva para o indivíduo. Vasquez (1995, p. 12) destaca ainda que a moral é teórica e reflexiva, enquanto a ética é uma prática. Uma completa a outra, há uma relação recíproca entre eles, pois na ação humana, conhecimento e ação são indissociáveis.

É claro que medidas de combate e prevenção à corrupção, bem como o controle devem estar presentes e as principais iniciativas são discutidas a seguir, enfatizando que sanções e medidas coercitivas por si só não são suficientes. Há uma necessidade de uma mudança de paradigma nas atitudes em relação aos pequenos e grandes crimes. Um novo homem deve aparecer. Utopia? É preciso pensar na evolução social (WAJSMAN, 2019).

Constata-se também que a pesquisa sobre esse tema no Brasil pode ser caracterizada por dois grandes blocos. O senso comum é que a corrupção sempre existiu no Brasil. Martins (2008, p. 65) enfoca essa situação, observando que “persistem as manifestações de insatisfação com os casos de corrupção”, que os brasileiros tratam com sarcasmo, deboche ou piadas. “Esse estado prolongado de corrupção política cria um equívoco de que não tem solução, que sempre haverá corrupção, que todos os políticos são corruptos, que o Brasil não tem saída”. (Martins, 2008, p. 65). A existência da corrupção estrutural é sentida como “nós consideramos campeões do mundo corrupto”, posição certamente exagerada, ainda que se afirme que “não a inventamos” (Martins, 2008, p. 25).

A corrupção pode ser dividida em etapas, na primeira, na era Getulista, além do fato de a pesquisa social no Brasil ainda ser muito recente, o tema corrupção não atrai atenção uma questão de análise, embora tenha havido reclamações e reconhecimentos de sua existência. No segundo período, 1945/64, com o rápido desenvolvimento econômico, industrialização e modernização, a frase "mar de lama" apareceu associada à queda de Vargas, a frase "roubar mas faz". Mais uma vez, a pesquisa acadêmica não mostra interesse pelo tema, certamente entendendo que os problemas mais graves do país são outros, como o desenvolvimento. (PINHO; SACRAMENTO, 2018).

O período entre 1964 e 1985, foi marcado pela emergência do Estado burocrático-autoritário, sob tutela militar. A produção acadêmica denunciou o regime dentro da escassez de liberdade de expressão. Nesse ponto, não há espaço para investigações de corrupção, pois a

questão do retorno à democracia é inegavelmente mais importante, assim como o caráter difícil do regime para qualquer controle. A título de ilustração até a inflação, indicador facilmente rastreado pela sociedade, foi disfarçada e dissimulada. Pode-se especular que nesse período ocorreu uma nova etapa e estrutura de corrupção, em uma escala que foi assumida pelo Estado - principalmente pelas empresas estatais (PINHO; SACRAMENTO, 2018).

Na Nova República, nos anos de 1985 e 1994, quando o estado de emergência terminou, a corrupção tornou-se mais evidente e veio à tona. O auge desse período ocorreu o governo Collor de Mello e, principalmente, com o chamado modo PC (PC Farias), no início da década de 1990. No entanto, a queda de Collor e algumas punições locais não foram suficientes para amenizar a corrupção. Pelo contrário, parece que a corrupção acentuou desde então e certamente tem impulso, o que sugere que a corrupção profissional e em larga escala está se enraizando no país (PINHO; SACRAMENTO, 2018).

No ano de 1995, inicia algo o que é marcado por uma democratização aparentemente assentada. Por outro lado, deve-se notar que há claramente um paradoxo iminente; pois, saindo da ditadura (1964-1979), seria de se esperar um progresso consistente da democracia; mas não é o caso, e isso não se concretizou para uma luta eficaz contra a corrupção, apesar dos muitos progressos (PINHO; SACRAMENTO, 2018).

Tal crítica, no entanto, tem seus limites. Por um lado, é um aspecto muito intangível e difícil de medir. Por outro lado, deve-se ressaltar que o paternalismo é essencialmente do domínio público, do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e não exatamente do setor privado, ainda que exista nesse campo.

Segundo Araújo; Sanchez (2005), as consequências da corrupção impedem o desenvolvimento econômico, reduzem a capacidade do Estado de fornecer serviços essenciais, desencorajam os cidadãos a buscar o bem comum e impactam negativamente nos fatores econômicos, sociais e políticos. Por isso, o Estado, além de reconhecer o papel do setor privado na prevenção da corrupção e na manutenção de um ambiente competitivo e empresarial pautado por princípios de ética e integridade, tem elaborado legislação para o combate a esse tipo de fraude.

A corrupção é criminalizada no sistema penal nacional, a sociedade brasileira ainda precisa de uma norma que chegue às empresas envolvidas, pois a sanção é relevante apenas na esfera individual. Até que a lei seja promulgada, as pessoas jurídicas que se encontrem nessa situação são punidas apenas com a proibição de participarem de licitações e de celebrar contratos com a administração pública com a suspensão ou descrédito dos créditos (BITTENCOURT, 2014).

O programa de integridade refere-se a um conjunto de mecanismos e procedimentos internos para a aplicação efetiva de diretrizes para detectar e reduzir preconceitos, fraudes, irregularidades e atos ilícitos contra a agência. Dezesesseis parâmetros são estabelecidos no decreto de avaliação do programa de integridade. Ressalta-se que esses parâmetros são semelhantes as 12 diretrizes sobre boas práticas em controle interno, ética e *compliance* publicadas pela OCDE. Portanto, resta saber se esses parâmetros são de fato adotados pelas empresas brasileiras e, ainda, se sua conformidade está relacionada aos controles internos da empresa (CASTRO, et. al., 2018).

Cunha (2013) afirma que ao participar do programa de integridade, as empresas passam a ter tratamento diferenciado em eventuais investigações de irregularidades, como está acontecendo nos Estados Unidos. Mais especificamente, o Decreto nº. 8.420, de 18 de março de 2015, determinou que, caso a entidade apresente, em defesa, informações e documentos relativos à existência e funcionamento do programa de integridade, a comissão julgadora deverá verificar o programa em relação aos parâmetros para determinar as penalidades a serem aplicadas.

O programa de integridade estabelece a necessidade de implementação de controles internos capazes de assegurar a preparação rápida e confiável das demonstrações e relatórios financeiros. Como resultado, as empresas participantes do programa tendem a introduzir ou aprimorar seus mecanismos de controle interno. Mesmo sem respeitar o programa de integridade, a legislação anticorrupção apenas fortalece os controles internos, pois ao introduzir pesadas multas por práticas corruptas, incentiva a criação de 'zonas de controle', controle interno e anticorrupção nas empresas. (CUNHA, 2013).

2.4 ESTUDOS REALIZADOS NO BRASIL SOBRE CORRUPÇÃO

No Brasil, alguns estudos como o de Pegoraro (2019), Oliveira (2018), De Lima (2016), Gomes (2015), Barreiro; Zubieta (2011), Rega, (2000). Damatta, (1997), Barbosa (1992) analisaram alguns fatos sobre a corrupção. Para Gomes (2015), a corrupção política é um fato persistente na história brasileira. Desde a democratização no final da década de 1970, os escândalos de corrupção na política não pararam de acontecer. Ao longo do século 20, o comportamento político brasileiro diante da corrupção foi em grande parte impulsionado pelo conluio.

Não se sabe muito sobre política no Brasil, muitos brasileiros têm uma visão fatídica da política. Segundo Barreiro, a percepção fatalista de Zubieta (2011) é uma compreensão da existência humana em que o destino de todos é predeterminado e que tudo é certo para acontecer. Tudo o que resta aos indivíduos é aceitar seu destino, submetendo-se ao destino como seu fardo. É um comportamento que se conforma com a resignação diante das circunstâncias. Quando esse tipo de percepção é aplicado à política, geralmente há uma maior tolerância com a corrupção.

Por outro lado, na década de 1990, setores específicos da sociedade brasileira demonstraram que nem tudo era conluio no comportamento político diante da corrupção. Nesse cenário, participam ativistas envolvidos na iniciativa de popularização, dando origem a leis 9840/99 e 135/10, ambas voltadas ao combate à corrupção eleitoral (GOMES, 2015).

O crescente interesse pelo tema corrupção no Brasil é notório. Este fenômeno não é novo na história; porque há muita atividade, tais como: Anões do Orçamento, Dossiê Cayman, Pasta Rosa, Máfia dos fiscais, compra de votos para a reeleição, o esquema PC Farias, a CPI do Banestado, entre muitos outros, para não mencionar a história recente, é parte de um processo histórico turvo. Recentemente, a Operação Lava Jato e seus desdobramentos, sem entrar em juízo sobre os méritos das organizações, dos "juízes heroicos" para com o povo, dos atos inconstitucionais, das "justiças", dos "salvadores" e possíveis perseguições contra certos partidos ou figuras, é inegavelmente ativo que, "sem precedentes na história deste país", punir funcionários corruptos ou suspeitos de corrupção, mesmo em altos níveis do governo ou do setor privado; ajudou a mudar, pelo menos um pouco, o sentimento de punição na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2018).

Segundo Oliveira (2018), o sistema de "coalizão presidencial" é responsável por uma série de escândalos que têm surgido no Brasil, como: 5 anos de Sarney, impeachment de Collor, emendas à reeleição, Mensalão e mais recentemente o Petrolão. Este fato pode ser enfatizado no discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "Por mais bem votado que tenha sido o presidente eleito, seu capital eleitoral (os votos diretos) tem de ser no dia seguinte convertido em capital político (apoios). Do contrário ele reina, mas sem a famosa base aliada não consegue governar".

O termo "jeitinho brasileiro" foi cunhado ao longo dos anos como sinônimo de uma forma, não necessariamente ilegal, não necessariamente legal, de resolver ou resolver uma situação. Em sua tese de mestrado, De Lima (2016) traz alguns conceitos sobre o "jeitinho brasileiro" que podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese dos conceitos sobre “jeitinho brasileiro”.

Autor	Ano	Conceito
BARBOSA	1992	Há uma linha tênue entre o jeitinho, o favor e a corrupção. No favor, sempre se espera algo em troca, está em questão à reciprocidade, em que alguém faz, deseja ou espera algo em troca. No jeitinho não há que se falar em retribuição. O favor geralmente é prestado por pessoas próximas, enquanto o jeitinho brasileiro pode ser demandado a qualquer um. O favor não ultrapassa os limites de regras sociais ou morais e nem de normas legais, enquanto o jeitinho, geralmente, envolve algum tipo de infração à norma legal ou moral. O que difere o jeitinho brasileiro e corrupção, é o <i>quantum</i> , é a quantidade de vantagem material que se obtém. Sendo que “jeitinho demais leva à corrupção”.
DAMATTA	1997	É um instrumento que tem capacidade de auxiliar o brasileiro a solucionar os problemas do dia a dia, no mar turbulento que a vida social revela. O jeitinho é a “malandragem” que soma a lei com a pessoa na sua vontade de levar vantagem. É algo honesto, necessário e prático no caso do sistema brasileiro. “Em geral, o jeito é um modo pacífico e até mesmo legítimo de resolver problemas, provocando essa junção inteiramente casuística da lei com a pessoa que a está utilizando o processo é simples e até mesmo tocante”
REGA	2000	O jeitinho brasileiro pode ser bom ou mau. O jeitinho brasileiro é positivo quando surge em virtude da necessidade e ou no instinto de sobrevivência da pessoa. Em determinadas situações, o cidadão se vê obrigado em até mesmo ultrapassar alguns limites, sejam eles morais ou até mesmo legais, em virtude das necessidades demandadas pela sobrevivência. Exemplifica: O para-lamado carro que é amarrado, em vez de soldado; pedir a um médico amigo que atenda uma pessoa carente ou que faça uma cirurgia pelo sistema de saúde público; o vendedor ambulante, “camelô”, que vende produtos falsificados

Adaptado de De Lima (2016).

Em uma análise de Oliveira (2018), o autor encontra certa romantização da corrupção ao “jeitinho brasileiro” nas definições de alguns autores. Constatamos que há uma importância para BARBOSA (1992) e REGA (2000) entre os níveis de “jeitinho”, o que pode ser comparado a uma certa legitimidade dos níveis de corrupção para que os cidadãos brasileiros possam “sobreviver” em meio ao caos institucional. Por outro lado, visto como extremo, o “jeitinho” é percebido pelos autores como nocivo.

Sobre a transparência na gestão pública, Guerra (2003) coloca que “a transparência é uma qualidade exigida do administrador, com o propósito de avultar a divulgação de ações governamentais caracterizada pelo fortalecimento da democracia”.

Sousa e. al. (2019) identifica e discute a abordagem da literatura internacional sobre a agenda de pesquisa sobre corrupção no setor público e quais questões sobre esse fenômeno estão no centro do debate acadêmico. Os resultados mostram um campo de pesquisa em crescimento, com uma variedade de métodos e técnicas de pesquisa e com cinco temas centrais (conceitos, causas, consequências, como medir e combater a corrupção) em todos os artigos estudados. Por fim, concluiu que ainda havia um programa substancial de pesquisa sobre o assunto e sobre os cinco temas identificados.

A transparência é um meio de evitar a obscuridade e a corrupção, pois ajuda a evitar o surgimento de conflitos de interesse, promovendo a integridade dos serviços públicos (VILLORIA, 2012). Nesse sentido, é responsabilidade das instituições públicas determinar o que é mais comumente solicitado na Internet e/ou outros meios para facilitar a busca de informações pelos interessados (ZORZAL, 2016).

2.5 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO

As responsabilidades que as pessoas assumem, seja por cometer um pequeno erro (furar a fila) ou por cometer um grande ato de corrupção (desfalque de dinheiro público), desde que um julgamento interno seja feito, pode significar uma virada na continuidade da corrupção e da impunidade. Assim as pessoas, reconhecendo suas responsabilidades e deveres, aceitando a convivência de diferentes atores, poderão construir um Estado Democrático de Direito e, também, concretizar direitos fundamentais (NETO, 2008).

Mas como e de que forma pensar as consequências das ações humanas? Como intervir com responsabilidade nos eventos modernos em um mundo globalizado? Como definir essa ação consciente? Estamos contribuindo de uma forma ou de outra para a disseminação da corrupção? Vivemos em um Estado Democrático de Direito? O que são direitos básicos? (NETO, 2008).

Neto (2008) afirma que as respostas a tais questões estão longe de serem definitivas, absolutas, verdadeiras ou exclusivas, por outro lado, podem surgir por meio da implementação elaborada de uma educação moral e consciente, voltada à reflexão crítica e à formação de seres conscientizados. Trata-se da educação como ferramenta de conscientização sobre a democracia,

caracterizada pela ação consciente e responsável, por meio de um novo processo educativo que se manifesta em um diálogo franco, transparente e realista.

A sociedade não pode esperar mais, pois a consciência individual que cria igualdade universal e respeito entre os povos somente será conquistada pela ação consciente, conquistada por uma educação instrumental - gratuita e responsável, na reflexão necessária para compreender a gravidade das consequências da corrupção (NETO, 2008).

No entanto, verifica-se que a educação como ferramenta de conscientização da democracia só será possível rompendo os estereótipos verticais que caracterizam a atual estrutura educacional tradicional (patriarcal) brasileira. A nova educação problematizadora deve superar os conflitos existentes entre educadores e alunos, libertar por meio do diálogo franco e igualitário e trocar saberes entre os atores do processo educativo.

O educador não se contenta mais em transmitir o conhecimento; mas em recebê-lo, por meio da troca saudável entre o educador e o educando que, por sua vez, alternam em papéis de comando, permitindo crescer juntos, esquecendo o sistema hierárquico conhecido como tradição opressora. Assim, a educação garante um diálogo real, sem um dono exclusivo das palavras ou da verdade.

Segundo Freire (2005), ninguém educa ninguém, assim como ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, por meio do mundo. Organizados por objetos cognoscíveis e que na prática "bancária" pertence ao educador, que os descreve ou os envia a aprendizes passivos (FREIRE, 2005).

Na educação opressora tradicional, os alunos não são introduzidos ao conhecimento, obrigados a memorizar informações veiculadas pelo educador opressor, não deixam reflexão crítica sobre o assunto que está sendo abordado e a própria situação apresenta escolhas conscientes e responsáveis. Ao contrário, por meio do diálogo horizontal entre o educador e o aluno, pode haver a intervenção interrogativa dos debatedores. É claro que o educador só pode existir e educar enquanto o aluno estiver preparado. Para Sartre (1965), "consciência e mundo se apresentam ao mesmo tempo: intrinsecamente externo à consciência, o mundo intrinsecamente relativo a ela".

A educação como instrumento de conscientização da democracia, diferentemente da educação opressora tradicional, exige um esforço constante por parte das pessoas por meio do exercício de sua consciência reflexiva como sujeito presente no mundo em que trabalha. Educadores e alunos devem escolher livremente, avaliar segundo seus argumentos, escolher seu próprio exemplo, conscientes de sua responsabilidade na construção de um Estado Democrático de Direito por meio de ações. Freire (2005) acrescenta:

Mais uma vez se antagonizam as duas concepções e as duas práticas que estamos analisando. A “bancária”, por óbvios motivos, insiste em manter ocultas certas razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo e, para isto, mistifica a realidade. A problematizadora, comprometida com a libertação, se empenha na desmistificação. Por isto, a primeira nega o diálogo, enquanto a segunda tem nele o selo do ato cognoscente, desvelador da realidade.

No que diz respeito às concepções práticas, Freire (2005, p.32) acrescenta ainda que:

A primeira “assistencializa”; a segunda, criticiza. A primeira, na medida em que, servindo à dominação, inibe a criatividade e, ainda que não podendo matar a intencionalidade da consciência como um desprender-se ao mundo, a “doméstica”, nega os homens na sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se.

A segunda, na medida em que, servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora.

Morin (2005) aponta sete conhecimentos essenciais que podem dar uma contribuição útil para a consolidação da educação como instrumento da consciência democrática: A cegueira do conhecimento: erro e ilusão; os princípios do conhecimento relevante; ensinar sobre a condição humana; ensinar a identidade terrena; lidar com incertezas; ensinar compreensão; e Ética da Humanidade, o que conduz ao caminho que a humanidade deve trilhar na busca de uma educação consciente, responsável e crítica para todos aqueles que visam contribuir para a melhoria da humanidade e o desenvolvimento saudável da vida planetária.

A cegueira do sistema educacional tradicional, característica do Estado patriarcal, esquece o necessário dever de divulgação, pois é completamente obscurecida pelos erros e ilusões do passado e do presente. De fato, compreender o conhecimento deve ser o primeiro passo do educador para se engajar no conhecimento consciente, evitando muitos dos erros e ilusões oprimidos pela educação tradicional, tornando-se verdadeiras armadilhas de interesse nas mentes de educadores e alunos. A clareza racional da mente humana é eventualmente resfriada pelos falsos preconceitos e fantasias típicas do mundo ficcional em que se vive hoje. (NETO, 2008).

O conhecimento da história é necessário, a expressão da identidade terrena e a solidariedade global devem ser aceitas, pois todos são criaturas do mesmo habitat. Compartilha-se as mesmas ansiedades, medos e incertezas, apesar de pequenas diferenças, e a convivência tolerante é uma questão de oportunidade, pois o destino do planeta é um destino comum a ser compartilhado por toda a humanidade. Essa é a utopia perseguida por Ferrajoli (2002), que é a criação de um Estado de direito internacional.

É necessário enfrentar as ansiedades, medos e incertezas, por meio do diálogo e da reflexão, esquecendo a verdade absoluta, fruto de anos de incompreensão. O certo é que o futuro é incerto, e a percepção e a reflexão são convenientes. É importante evitar atitudes impulsivas visando a gratificação imediata. De tempos em tempos, é preciso reajustar a rota e apontar um novo rumo, entender as necessidades das pessoas e sempre buscar ajustes e soluções. Também é necessário ensinar a identidade e a consciência terrenas, pois ninguém tem uma única existência no planeta. Conforme assevera Morin (2005):

O planeta exige um pensamento policêntrico, capaz de apontar o universalismo, não abstrato, mas consciente da unidade/diversidade da condição humana; um pensamento policêntrico, nutrido das culturas do mundo. Educar para este pensamento é a finalidade da educação do futuro, que deve trabalhar na era planetária, para a identidade e a consciência terrenas.

Portanto, a compreensão é tanto uma ferramenta, quanto um objetivo da comunicação humana, sendo que o reconhecimento da compreensão universal é fundamental para a educação como instrumento de consciência democrática, de convivência harmoniosa e de educação para a paz, ligada por natureza e vocação. Nas palavras de Morin (2005), “a compreensão mútua entre as pessoas, sejam próximas ou distantes, é hoje essencial para que as relações humanas sejam libertadas do estado bárbaro da impossibilidade entenda”.

Tampouco a moral humana pode ser esquecida como elemento-chave do sucesso da educação como instrumento da consciência democrática, com o ensino e a compreensão do desenvolvimento comum das características próprias de cada ser, sobre as contribuições dos problemas sociais e a percepção das próprias existências é essencial (NETO, 2008). Finalmente, uma educação liberal não deve ser confundida com uma educação irresponsável e irrestrita. Ocorre que o estado patriarcal, hoje de constituições pós-modernas, continua sendo caracterizado pela predominância de uma nova condição subjetiva alicerçada na construção de um indivíduo alheio e ignorante. Um sujeito sem reflexão e sem disputa tornando-se uma presa fácil do poder. Implícito no discurso da democracia e da liberdade, o Estado Patriótico brasileiro destaca a ilusão de modernidade, igualdade constitucional e direitos fundamentais (NETO, 2008).

Portanto, pré-requisito para a efetividade da educação como instrumento de conscientização da democracia, a consciência humana deve ser exercida entre educadores e educandos, reconhecendo que a criatividade e a reflexão demonstram que, ao contrário do que dita a autoridade, a verdadeira liberdade só será alcançada com a imposição de limites e

garantias de que os direitos fundamentais sejam aplicados indistintamente a todos, ambos marcos para a convivência igualitária e comum.

O fenômeno da corrupção se manifesta hoje com tanta intensidade e diversidade que é impossível negar sua generalização na sociedade brasileira. Desvio de verbas previdenciárias, fraude eleitoral, apropriação indébita de dinheiro público, monopólio, abuso de trabalho, funcionários virtuais, evasão fiscal, segregação entre público e privado, enfim, a realização da corrupção no cotidiano, demonstra a massificação de um processo antieducacional, baseado no individualismo, na ignorância e na manipulação. No macrocrime, as técnicas de corrupção desenvolveram novas e modernas tecnologias destinadas a melhor apropriar-se da propriedade e dos direitos dos outros (FERRAJOLI, 2002).

Segundo Ferrajoli (2002), a corrupção prevalece nos motivos e nos hábitos hoje e não será efetivamente combatida por um sistema avançado de exercício de direitos básicos. Nenhuma garantia existe apenas pela inscrição de normas constitucionais, é necessário reforçá-la no mundo real. Um sistema legal teoricamente perfeito não pode garantir nada por si só.

O fenômeno da corrupção só pode ser combatido e/ou minimizado com a criação de um ambiente propício à implementação de um Estado democrático de direito. Sem a formação de uma consciência universal, estruturada por estímulos de reflexão crítica (criaturas pensantes) e consistentemente determinada em um processo educacional plural, tudo permanecerá como antes (NETO, 2008).

Assim, a partir de uma compreensão histórica do fenômeno da corrupção no Brasil, de suas raízes patriarcais no Estado português - com sua construção de valores antiéticos, restrições orçamentárias, uso excessivo de normas, demissões, dependência e bajulação do poder – será possível identificar o caminho para a reconstrução cívica, através da educação das novas gerações como ferramenta de conscientização sobre a democracia e o gozo efetivo dos direitos básicos. Longe de qualquer discurso fantasioso, é claro, o desenvolvimento humano envolve uma partilha igual dos direitos dos povos e é lógico aceitar um catálogo universal de direitos fundamentais para a felicidade das gerações presentes e futuras (DUFOR, 2005).

Então, a responsabilidade individual e coletiva de grupos, comunidades, nações e da própria humanidade são os pontos básicos para a condução racional da vida humana no planeta. Há necessidade de reformular a capacidade das pessoas de assumirem suas responsabilidades diárias e futuras, para construir uma paz e harmonia responsáveis.

É importante enfatizar que a responsabilidade de preservar a vida planetária é de todos: crianças e idosos, vermes e ambientalistas, cientistas e filósofos, desempregados e

trabalhadores, etc. Mesmo com muitos criminosos impunes e grandes corruptores comprando ou subornando quase todo mundo, deve-se lutar pela responsabilização efetiva dos indivíduos que violam as regras. As regras são impostas indiscriminadamente a todos. Portanto, há responsabilização pelos comportamentos que se constrói durante a vida, independente das intenções nela contidas (NETO, 2008).

O essencial passa a ser uma educação para uma convivência tolerante das pessoas no planeta. Uma sociedade muda quando os indivíduos que a compõem a mudam. Educar as novas gerações é a única ferramenta que pode deter a corrupção. Com reflexão crítica e liberal, diálogo franco e indisciplinado, julgamento consciente e compreensivo, ação responsável e comprometida, convivência harmoniosa e tolerante, escolha de bons modelos, nova ética humana e visão universal complexa, agir proporcionalmente e difundir por meio da educação a conscientização da democracia (FERRAJOLI, 2002).

Para Durkheim (1956), a educação desempenha um papel fundamental na transmissão e manutenção das normas socioculturais e na sua evolução contínua. Por meio da educação, crianças e jovens são socializados para adotar determinados valores, comportamentos e atitudes que moldam sua identidade social, orientando-os nas escolhas cotidianas. Dessa forma, à medida que evoluem, também aprimoram a capacidade de pensar criticamente sobre os padrões e formar novos padrões que reflitam as condições contemporâneas (DURKHEIM, 1956).

As políticas públicas para a educação e os programas curriculares podem promover e manter o princípio do estado de direito de muitas formas, tais como: desenvolvendo e/ou adquirindo conhecimentos, de valores, de atitudes e de comportamentos essenciais; considerando as reais necessidades e os dilemas de aprendizagem das crianças e dos jovens; promovendo a cidadania ativa, democraticamente representativa, bem como os direitos e deveres dos cidadãos; fomentando valores democráticos como transparência, prestação de contas e inclusão (UNESCO; UNODC, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender melhor o desenvolvimento deste estudo, esse capítulo descreve as etapas que foram necessárias para chegar aos resultados e discussões do trabalho, além da proposta da política na esfera pública. De acordo com Santos (2004), os procedimentos metodológicos ou metodologia da pesquisa são as atividades práticas necessárias para a aquisição dos dados com os quais se desenvolverão os raciocínios que resultarão na parte final do trabalho.

Além disso, os procedimentos metodológicos descrevem o passo a passo das etapas de análise quantitativa dos dados, podendo ser realizado em outras pesquisas. Ainda nesse capítulo, foram descritos aspectos pertinentes à resposta da pergunta de pesquisa, bem como a resposta do objetivo geral e dos específicos.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva, de caráter quantitativo. Nas palavras de Cervo; Bervian (1996), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los, abordando aqueles dados e problemas que merecem serem estudados, não constando registro em documentos. A pesquisa descritiva visa descrever as características de uma determinada população, fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2010).

Por outro lado, em relação a sua abordagem, este estudo se classifica como quantitativo. Sendo caracterizado pelo emprego da quantificação ou técnicas quantitativas, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento. Mattar (2001) afirma que a pesquisa quantitativa visa confirmar hipóteses por meio do uso de dados estatísticos estruturados, com análise de diversos casos representativos, quantificando os dados e generalizando os resultados da amostra para os interessados.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

População ou universo é o conjunto de elementos que possuem determinadas características de interesse para atingir os objetivos da pesquisa (GIL, 2010).

Neste estudo a população incluiu os estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A amostra para coleta de dados foi selecionada por meio de uma técnica de amostragem caracterizada como não probabilística, por conveniência. Nessa técnica de amostragem, que envolve a obtenção de uma amostra de elementos adequados, a seleção das unidades amostrais fica a cargo do pesquisador (MALHOTRA, 2006).

O tamanho da população é de 27.796 alunos e, para determinar o tamanho da amostra, uma fórmula que leva em consideração a proporção da população é usada para determinar o tamanho da amostra necessária, conforme descrito na Figura 1.

Figura 1 - Cálculo de amostra.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

Z = É o nível de confiança, que neste estudo foi definido em 95% (Z=1,96)

e = É a margem de erro máximo admitida, que neste estudo foi definida em 3%.

p = É a proporção que se espera encontrar, neste caso, 50%.

Por meio deste cálculo, para um intervalo de confiança de 95%, com margem de erro de 3%, 1.045 respondentes é o número mínimo de unidades amostrais para uma população de 27.796 alunos e, neste estudo obteve-se a participação de 1.389 pessoas, portanto uma quantidade amostral satisfatória, que excede a quantidade mínima necessária.

3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário (Apêndice 1) com questões relacionadas ao perfil do respondente e perguntas fechadas, com respostas baseadas na escala de Likert (1932).

Segundo Cervo; Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As respostas abertas permitem respostas mais ricas e variadas, e as respostas fechadas facilitam a tabulação e à análise de dados.

O referido questionário foi submetido ao comitê de ética da UFSM (CEP), contendo os dados do projeto, bem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que se encontra no Apêndice 1, juntamente com o questionário. O projeto foi aprovado pelo comitê, gerando o parecer número 4.206.274, em 11 de agosto de 2020. O Questionário ficou disponível por 60 dias na plataforma de questionários da UFSM.

As afirmativas apresentadas foram construídas com base no referencial teórico e o respondente foi convidado a emitir o seu grau de concordância com aquela as frases. Para isso, o respondente marcou na escala a resposta que mais traduzia sua opinião. Dentre as opções de respostas do questionário dessa pesquisa estão: 1) discordo totalmente, 2) discordo

parcialmente, 3) indiferente 4) concordo parcialmente e 5) concordo totalmente. A pesquisa foi realizada entre outubro e novembro de 2020.

O Quadro 3 sintetiza as questões do instrumento de pesquisa sobre a percepção dos participantes da pesquisa e a relação com as variáveis investigadas, de acordo com os diferentes aspectos e perspectivas associados à corrupção, elaboradas pelo autor, considerando o referencial teórico apresentado no capítulo 2.

Quadro 3 - Resumo das questões do instrumento de pesquisa.

QUESTÕES	TEMA	VARIÁVEIS
1, 4, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 18, 21, 23, 24, 25, 41, 45	Percepção do todo	Investigar a ideia que a pessoa tem do Brasil como um todo.
1. O Brasil é um país corrupto. 4. A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo. 6. O governo Federal atual, está cumprindo o prometido em campanha eleitoral. 7. O governo Estadual atual, não está cumprindo o prometido em campanha eleitoral. 9. As empresas de transporte público no Brasil são escolhidas de maneira justa. 10. O processo eleitoral em nosso país é justo e adequado. 14. A violência tem diminuído a cada dia no Brasil. 16. A qualidade dos serviços públicos tem melhorado a cada ano no Brasil. 18. O desemprego tem diminuído a cada dia no Brasil. 21. Os governos federal, estadual e municipal não investem em educação pois querem um povo alienado. 23. O ensino no Brasil é ideológico e tem viés político. 24. O povo do brasileiro é íntegro. 25. Os políticos brasileiros são corruptos. 41. Para se “dar bem” nesta cidade só sendo amigo das pessoas certas. 45. A burocracia de minha cidade só funciona se tiver um amigo funcionário público.		
26 a 30, 33 a 35, 37, 40, 42 e 43.	Autopercepção	Investigar a percepção que o indivíduo tem com relação a suas próprias atitudes.
26. Eu sou corrupto, em pequenos gestos como furar a fila. 27. Declaro meus impostos anualmente. 28. Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros do governo. 29. Nunca peço a nota fiscal. 30. Sempre coloco meu CPF, quando realizo compras. 33. Já vi meus amigos compartilhando locais de Blitz na cidade e me usei disso para desviá-las. 34. Eu já pedi para um amigo policial os locais de Blitz, para evitá-las. 35. Eu já pedi favores funcionais para amigos servidores públicos. 37. Eu já troquei um favor por meu voto. 40. Eu entendo nosso sistema político. 42. Sou uma pessoa politizada. 43. Não considero minha educação ideológica.		
31, 32 e 36.	Percepção de pessoas que os rodeiam	Investigar o entrevistado, se considera rodeado (vizinho/amigos).
31. Eu já vi meu vizinho/amigo cometendo atos que considero errados. 32. Eu considero meu vizinho/amigo corrupto. 36. Eu já presenciei alguém tentando subornar um policial.		

2, 19, 20, 22, 38, 39, 44, 48 a 50.	Percepção das leis	Verificar se o entrevistado culpa a corrupção elevada apenas a falta de leis punitivas e analisar seu conhecimento legal.
<p>2. As leis no Brasil são justas. 19. O brasileiro tem uma ótima educação política. 20. O brasileiro conhece seus direitos. 22. O brasileiro não conhece seus deveres de cidadão. 38. Eu já li a Constituição Federal e conheço meus direitos fundamentais. 39. Eu não entendo nossas leis e nossa Constituição Federal. 44. Eu conheço meus direitos. 48. Os políticos corruptos sempre saem impunes. 49. A impunidade incentiva a corrupção. 50. Leis mais severas não diminuem a corrupção, pois as pessoas sempre irão achar uma forma de burlar o sistema.</p>		
5, 8, 11 a 13, 15, 17, 47.	Percepção das políticas públicas (saúde, segurança, ensino, transporte)	Investigar se o entrevistado crê que o alto índice de corrupção influencia diretamente nas políticas públicas.
<p>5. A política social em nosso país é adequada a nossa necessidade. 8. O transporte público no Brasil é adequado à necessidade da população. 11. O sistema de saúde em nosso país é adequado. 12. A segurança pública em nosso país é adequada. 13. Os policiais no trânsito, não multam em troca de dinheiro. 15. O investimento em esporte e cultura em nosso país é adequado. 17. A educação pública em nosso país é adequada à nossa necessidade. 47. A corrupção não tem nenhuma consequência para o povo.</p>		
46, 51 a 54.	Análise da esperança em um futuro e possíveis medidas.	Verificar o grau de esperança dos entrevistados, e se nutrem esperança na educação como medida preventiva quanto a corrupção.
<p>46. O Brasil não tem solução, a corrupção está entranhada em nossa cultura. 51. Educar as crianças visando combater a corrupção, não surte efeito. 52. Ensino religioso é mais importante que ensinar cidadania (direitos fundamentais) na escola. 53. Se todos soubessem seus deveres como cidadãos a corrupção reduziria no Brasil. 54. Melhor endurecer as leis do que investir em educação.</p>		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O questionário foi enviado para os discentes de graduação e pós-graduação pelo sistema de questionários da UFSM. Na fase de execução, as respostas do questionário foram exportadas para ambiente Excel, no qual foram desenvolvidas tabelas para análise.

Para todos os tipos de perguntas, existe a opção de fazer uma pergunta obrigatória; portanto, o questionário só pode ser enviado se todas as perguntas obrigatórias tiverem sido respondidas.

Foram desenvolvidos quatro blocos contendo questões relacionadas a: a) dados do perfil da amostra; b) dados da etapa macro, com afirmativas que englobam elementos referentes a questões genéricas do país; c) dados da etapa micro, cujas afirmativas relacionam-se a ações individuais dos participantes da pesquisa; e d) dados da etapa exploratória, que contêm afirmativas que contemplam afirmativas relacionadas à cidadania.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar o perfil sociodemográfico da amostra, foi feito um quadro com cada variável e suas porcentagens.

Para a dimensão macroespacial, microespacial e exploratória foram construídos quadros apresentando as porcentagens de cada questão presente do instrumento de pesquisa. Após plotar os dados foi realizada a análise, buscando identificar os maiores scores para compreender a percepção em cada questão.

Ainda, foi apresentada a Análise Descritiva Marginal de cada dimensão espacial das variáveis envolvidas no estudo.

As estatísticas descritivas apresentadas, além da média, foram:

- Tamanho Amostral (N): quantidade de observações na amostra.
- Desvio Padrão: medida da variação dos dados. Quanto maior o desvio padrão, maior é a variação das observações da amostra.
- Mínimo: menor valor observado na amostra.
- 1º Quartil: valor tal que 25% das observações possuem um valor na variável abaixo dele.
- Mediana: valor tal que 50% das observações possuem um valor da variável abaixo dele.
- 3º Quartil: valor tal que 75% das observações possuem um valor da variável abaixo dele.
- Máximo: maior valor observado na amostra.

Na seção 4.5, foram elencadas as respostas que obtiveram as maiores somas da escala Likert nas extremidades CT/CP e DP/DT. Para estudar a correlação entre a idade e as questões foi elaborada uma tabela, contendo a frequência e percentual das respostas nas questões em cada faixa etária.

Foi realizado o Teste de Qui-quadrado que pode ser interpretado da seguinte forma: se o p-valor for menor do que 0,05, significa que a um nível de significância estatística de 5% há associação entre a idade e a resposta na respectiva questão. Caso o p-valor seja maior do que 0,05, a um nível de significância estatística de 5%, não há associação entre a idade e a resposta na questão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta os dados de identificação, percepção macro, micro e exploratória dos participantes na amostra obtida por meio das respostas do questionário. Os dados do item 4.1 buscaram identificar o perfil da amostra, para entender a percepção sobre a corrupção dos respondentes e as relações com as outras variáveis coletadas. Os dados da amostra são apresentados na Figura 3, imediatamente após o texto da descrição para melhor layout do trabalho.

4.1 DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Referente ao perfil da amostra participante da pesquisa, é possível observar na Figura 2 que quase metade da amostra tem de 21 a 30 anos, sendo que quase 25% têm de 18 a 21 anos. A menor porcentagem da amostra é de pessoas com +61 anos, contabilizando apenas 0,65%. A variável sexo na amostra obteve um resultado de 50 % de pessoas do sexo feminino e 49% do sexo masculino.

A renda familiar da amostra mostrou que 39% do público, respondeu que possui rendas entre 1.001 e 3.000 reais, enquanto a segunda frequência mais alta com 21.53% da amostra, respondeu que tem renda entre 3.001 e 5.000 reais. A variável etnia IBGE apresentou quase 80% da amostra como branca, contabilizando 79% ou 1101 pessoas. Enquanto parda, preta, amarela, indígena e outras, aparecem com pouco mais de 20% da amostra.

O nível de ensino da amostra contabilizou seu maior número com Superior incompleto, sugere-se que o número de 64% tenha sido obtido, pois grande parte do pessoal com acesso ao questionário é aluno do ensino superior. A menor porcentagem foi menor 1% no fundamental incompleto, contabilizando duas pessoas.

O nível de ensino no ensino fundamental da amostra, apresentou que 77% dos respondentes, estudaram em escola pública, enquanto 22% estudaram em escola privada. O nível de ensino no ensino médio da amostra, apresentou que 77% dos respondentes, estudaram em escola pública, enquanto 22% estudaram em escola privada. Para nível de ensino superior

na amostra, apresentou que 91% dos respondentes, estudaram em escola pública, enquanto 9% estudaram em escola privada.

A principal atividade exercida pelos respondentes mostrou que 71% são estudantes, enquanto 10% são empregados de empresa privada, a menor categoria obteve menos de 1% onde a ocupação é empresário.

Figura 2 - Quadro de dados de identificação da amostra.

Dados de identificação da amostra									
Idade (em anos)	18 a20	21 a 30	31 a40	41 a60	60				
%	25	48	15	11	1				
Sexo	Feminino	Masculino	Outro	PNR					
%	696	689	2	3					
Renda mensal (Reais)	Até 1000	1001 a3000	3001 a5000	5001 a10000	10000				
%	13	39	22	18	8				
Etnia IBGE	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Outra			
%	79	13	6	0	0	1			
Nível de ensino	Analfabeto	FI	FC	MI	MC	SI	SC	PGI	PGC
%	0	0	0	0	7	64	5	10	13
Nível fundamental instituição	Pública	Privada							
%	78	22							
Nível médio instituição	Pública	Privada							
%	77	23							
Nível Superior instituição	Pública	Privada							
%	91	9							
Disciplina	Cidadania	Ética	Corrupção	Moral e Cívica	Sociologia	Ens. Religioso			
%	43	59	16	38	84	86			
Principal atividade	Estudante	Empresário	EE Pública	EE Privada	Autônomo	Aposentado	Outra		
%	71	1	10	10	4	1	3		

Legenda: FI - Fundamental Incompleto; FC - Fundamental Completo; MI- Médio Incompleto; MC- Médio Completo; SI- Superior Incompleto; SC-Superior Completo; PGI - Pós-Graduação Incompleta; PGC - Pós-graduação Completa

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS DADOS MACROESPACIAIS

Essa seção analisa os dados macroespaciais da amostra, para compreender a percepção a respeito das leis, segurança pública, processos eleitorais, emprego, renda e educação. Nesse sentido, os dados presentes Figura 3, buscam analisar a percepção geral na amostra.

As respostas da amostra estão apresentadas em porcentagem e escala de cores para melhor visualização dos dados na escala Likert. A cor azul foi usada para representar as menores porcentagens, branco para as respostas intermediárias e vermelho para as maiores porcentagens.

Na Figura 4, é possível observar que a primeira questão “O Brasil é um país corrupto” obteve 63% de resposta concordando totalmente com a afirmação. Outra afirmação que obteve alto, dessa vez, de discordância total foi “A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo” com 68% das respostas. “A política social em nosso país é adequada a nossa necessidade” obteve 42% das respostas, discordando totalmente. A percepção quanto a afirmação “O transporte público no Brasil é adequado à necessidade da população”, recebeu 54% de discordância total da afirmação. A maior discordância total na amostra macro foi a respeito da educação política do brasileiro “O brasileiro tem uma ótima educação política” recebeu, 82% de discordância total. Em geral, a percepção sobre os serviços públicos na amostra apresentar alta porcentagem de discordância, sendo possível observar na Figura 6.

As respostas das afirmações 1, 21 e 25 receberam alta porcentagem de concordância total. É importante notar que as afirmações 1 e 25, extremas na análise macro, estão relacionadas diretamente com a corrupção. Enquanto a afirmação 21, está relacionada a percepção que a amostra tem sobre a influência dos governantes sobre a população brasileira.

As escalas de cores da análise macro evidenciam certa descrença na política e poder público na amostra, pois nota-se que há discordância total em várias afirmações importantes para o funcionamento do país, tais como: Políticas sociais, segurança pública, sistema de saúde, transporte e educação pública, além de pensamento ideológico e processo eleitoral.

Figura 3 - Análise dados macroespaciais

Análise da percepção macro - escala Likert (Dados em %)	DT	DP	I	CP	CT
1. O Brasil é um país corrupto.	2	3	3	29	63
2. As leis no Brasil são justas.	20	35	15	26	4
3. A mídia em nosso país visa somente a informação verdadeira ao cidadão.	33	36	15	15	2
4. A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo.	68	19	5	4	4
5. A política social em nosso país é adequada a nossa necessidade.	42	36	12	8	2
6. O governo Federal atual, está cumprindo o prometido em campanha eleitoral.	45	21	13	15	6
7. O governo Estadual atual, não esta cumprindo o prometido em campanha eleitoral.	12	20	24	24	19
8. O transporte público no Brasil é adequado à necessidade da população.	54	30	9	5	1
9. As empresas de transporte público no Brasil são escolhidas de maneira justa.	43	28	23	5	1
10. O processo eleitoral em nosso país é justo e adequado.	20	22	17	29	11
11. O sistema de saúde em nosso país é adequado.	24	28	14	29	4
12. A segurança pública em nosso país é adequada.	42	38	11	8	1
13. Os policiais no trânsito, não multam em troca de dinheiro.	23	25	28	17	6
14. A violência tem diminuído a cada dia no Brasil.	62	22	8	6	1
15. O investimento em esporte e cultura em nosso país é adequado.	52	27	13	7	2
16. A qualidade dos serviços públicos tem melhorado a cada ano no Brasil.	44	30	14	9	1
17. A educação pública em nosso país é adequada à nossa necessidade.	52	31	8	7	1
18. O desemprego tem diminuído a cada dia no Brasil.	65	18	9	5	2
19. O brasileiro tem uma ótima educação política.	82	12	4	2	1
20. O brasileiro conhece seus direitos.	46	38	9	6	1
21. Os governos federal, estadual e municipal não investem em educação pois querem um povo alienado.	9	14	13	29	35
22. O brasileiro conhece seus deveres de cidadão.	34	42	13	8	2
23. O ensino no Brasil é ideológico e tem viés político.	23	23	21	21	12
24. O povo do brasileiro é íntegro.	19	36	30	13	2
25. Os políticos brasileiros são corruptos.	3	6	8	37	45

Legenda: DT - Discordo Totalmente; DP - Discordo parcialmente, I - Indiferente; CP - Concordo Parcialmente; CT - Concordo Totalmente.

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS DADOS MICROESPACIAIS

A análise dos resultados dos dados microespaciais da amostra (Figura 4), traz os dados da amostra de como o indivíduo se comporta no dia a dia e como as corrupções diárias são percebidas e sentidas.

“Eu sou corrupto, em pequenos gestos como furar a fila”, é a primeira questão analisada na percepção micro. A questão em si, traz a luz da autopercepção do perfil amostrado. Menos de 50% da amostra, discordou totalmente dessa afirmação, o que mostra que os respondentes têm a noção de que a corrupção não está apenas dentro das empresas públicas ou governo. Ainda, 6% concordaram totalmente com a afirmação, mostrando a consciência de que já fez algo errado, menos que seja pequeno como furar uma fila.

As afirmações que tiveram os maiores scores, isto é, na escala Likert, obtiveram a maior percentagem, foram 8, 9, 10, 11 e 12 com valores de 55% a 93% de discordância total, isto é, para a amostra, foram poucas respostas que afirmaram ter visto ou participado de pequenas corrupções diárias, tais como: compartilhar locais de Blitz, suborno, favores funcionais e troca de voto.

Outra afirmação que obteve um alto valor de discordância total foi “Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros no governo”, com 81%. Tal afirmação tem relação com declaração correta de imposto de renda, além de programas sociais como bolsa família, ProUni, Fies, sistemas de cotas.

Nesse sentido, nota-se que na análise micro da amostra, se sobressai a ética em relação as afirmações estudadas. Outrossim, a ética atende a conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação ao outro em sociedade e garantindo o bem-estar social (MOTTA, 1984).

A partir da afirmação 13, se buscou entender a percepção da amostra sobre o entendimento dos seus direitos fundamentais, leis, constituição federal, política e ideologia. Observa-se que os participantes responderam em grande parte com as afirmações concordando parcialmente, ou seja, a amostra possui a consciência de que conhece os direitos e não é alienada, porém é possível notar que ao concordar parcialmente, os respondentes entendem que poderiam conhecer melhor como funciona o sistema em que está inserido.

Figura 4 - Análise dos dados microespaciais

Análise da percepção micro - escala Likert (Dados em %)	DT	DP	I	CP	CT
1. Eu sou corrupto, em pequenos gestos como furar a fila.	46	21	8	18	6
2. Declaro meus impostos anualmente.	9	2	25	8	57
3. Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros do governo.	81	8	4	5	2
4. Nunca peço a nota fiscal.	33	24	15	19	10
5. Sempre coloco meu CPF, quando realizo compras.	26	19	14	23	18
6. Eu já vi meu vizinho/amigo cometendo atos que considero errados.	12	6	14	29	38
7. Eu considero meu vizinho/amigo corrupto.	18	14	28	26	13
8. Já vi meus amigos compartilhando locais de blitz na cidade e me usei disso para desvia-las.	55	8	14	10	14
9. Eu já pedi para um amigo policial os locais de blitz, para evita-las.	87	3	7	2	2
10. Eu já pedi favores funcionais para amigos servidores públicos.	76	7	8	7	3
11. Eu já presenciei alguém tentando subornar um policial.	78	3	7	6	6
12. Eu já troquei um favor por meu voto.	93	2	4	1	1
13. Eu já li a Constituição Federal e conheço meus direitos fundamentais.	22	16	13	31	17
14. Eu entendo nossas leis e nossa Constituição Federal.	15	22	17	35	11
15. Eu entendo nosso sistema político.	9	19	19	40	13
16. Para se “dar bem” nesta cidade só sendo amigo das pessoas certas.	27	17	20	23	14
17. Sou uma pessoa politizada.	10	14	25	35	15
18. Considero minha educação ideológica.	27	19	28	19	7
19. Eu conheço meus direitos.	4	13	17	47	18
20. A burocracia de minha cidade só funciona se tiver um amigo funcionário público.	24	19	25	21	12

Legenda: DT - Discordo Totalmente; DP - Discordo parcialmente, I - Indiferente; CP - Concordo Parcialmente; CT - Concordo Totalmente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS EXPLORATÓRIOS

Nessa seção, foram analisados os dados (Figura 5) da 3ª etapa, isto é, de caráter exploratório dos respondentes do questionário. A afirmativa “1” afirma que o Brasil não tem solução, pois a corrupção está entranhada em nossa cultura, obteve resultados ligeiramente homogêneos na escala Likert, 24% discordaram totalmente da afirmação, 26% discordaram parcialmente, 11% indiferente, 26% concordaram parcialmente e 13% concordaram plenamente. A partir das respostas, nota-se certa esperança da amostra em relação a corrupção não estar intrínseca na população brasileira.

As questões 2, 4 e 6 obtiveram concordância total de 88%, 77% e 71%, respectivamente. As respostas demonstram que a amostra tem consciência de que a corrupção tem consequências para a população. Além disso, nota-se que a amostra em sua maioria, entende que a corrupção é um resultado da impunidade, infere-se que a amostra observa as notícias sobre os escândalos de corrupção no país e grande parte dos corruptos sai impune.

A concordância de 71% da amostra sobre educar as crianças para combater a corrupção, mostra que os respondentes acreditam na educação. Nesse sentido, vale a pena investir em políticas públicas para educar os mais jovens à não ser corruptível e fiscalizar os demais. Ainda, a questão 7 e 8, mostra que a amostra da população está consciente de que a cidadania e os direitos fundamentais são mais importantes que o ensino religioso, por exemplo. A resposta da afirmação 7 obteve 64% de discordância total sobre o ensino religioso ser mais importante, enquanto a questão 8, obteve 73% entre concordância parcial e total sobre deveres de os cidadãos serem importantes no combate a corrupção.

A afirmativa 5 e 9 sobre endurecer as leis para combater a corrupção, mostra que a população respondente entende que não há tanto efeito nas leis, haja vista que a legislação parece não bastar para o fim da corrupção.

Figura 5 - Análise exploratória dos resultados.

Análise da percepção exploratória - escala Likert (Dados em %)					
	DT	DP	I	CP	CT
1. O Brasil não tem solução, a corrupção está entranhada em nossa cultura.	24	26	11	26	13
2. A corrupção tem consequência para o povo.	1	1	2	9	88
3. Os políticos corruptos sempre saem impunes.	2	11	8	50	29
4. A impunidade incentiva a corrupção.	1	1	4	16	77
5. Leis mais severas diminuem a corrupção.	7	13	11	31	38
6. Educar as crianças visando combater a corrupção, surte efeito.	1	2	5	22	71
7. Ensino religioso é mais importante que ensinar cidadania (direitos fundamentais) na escola.	64	15	12	6	3
8. Se todos soubessem seus deveres como cidadãos a corrupção reduziria no Brasil.	4	9	13	40	33
9. Melhor endurecer as leis do que investir em educação.	67	19	7	4	3

Legenda: DT - Discordo Totalmente; DP - Discordo parcialmente, I - Indiferente; CP - Concordo Parcialmente; CT - Concordo Totalmente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.5 RELAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS

A Tabela 1 apresenta os dados das estatísticas descritivas do escore da dimensão macroespacial, microespacial e exploratória, que contêm as afirmativas referentes, respectivamente, a questões genéricas do país, a ações individuais dos participantes e relacionadas à cidadania. O escore médio na dimensão macro na amostra foi de 3,7; sendo que metade dos respondentes teve escore maior ou igual a 3,76 e apenas 25% tiveram escore menor do 3,48. A maioria dos respondentes teve escore entre 3,5 e 4.

Já o score da dimensão microespacial teve média de 2,37 com mediana de 2,35. A maioria dos respondentes concentraram-se em score 2 e 3. Para a dimensão exploratória, as estatísticas descritivas obtiveram uma média de 2,71 e mediana de 2,7. A concentração dos respondentes ficou entre os scores 2 e 3,5.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas nas variáveis Macro, Microespacial e Exploratórias

N = 1389	Média	Desvio Padrão	Mínimo	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	Máximo
Macro	3,71	0,38	2,12	3,48	3,76	4	4,64
Micro	2,37	0,46	1	2,05	2,35	2,7	4,15
Exploratória	2,71	0,41	1,3	2,4	2,7	3	4,4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência, faz-se uma análise da relação entre a idade dos participantes e as opções que obtiveram um maior percentual de concordância/discordância, nas somas entre CT/CP e DT/ DP para cada dimensão (macroespacial, microespacial e exploratória). Ressalta-se que as respostas no que diz respeito a Indiferente, não obteve valor significativo nas questões (Tabela 2).

Nos dados macroespaciais, destacam-se as maiores somas de percentual de resposta na questão 1 = 92%, questão 4 = 87% e questão 19 = 94%. Nos dados microespaciais, destaca-se a questão 3 = 89%, questão 9 = 90% e questão 12 = 95% e, nos dados referentes a questões genéricas (exploratórias) sobre a corrupção, (cita-se a questão 2 = 97%; questão 4 e 6 = 93% e questão 9 = 86% (Tabela 2).

Tabela 2 – Porcentagens das variáveis que obtiveram maiores somas nas opções DT/DP e CP/CT

Variáveis em %	DT	DP	I	CP	CT
Dados macroespaciais					
Q1. O Brasil é um país corrupto.	2	3	3	29	63
Q4. A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo.	68	19	5	4	4
Q19. O brasileiro tem uma ótima educação política.	82	12	4	2	1
Dados microespaciais					
Q3. Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros do governo.	81	8	4	5	2
Q9. Eu já pedi para um amigo policial os locais de blitz, para evitá-las.	87	3	7	2	2
Q12. Eu já troquei um favor por meu voto.	93	2	4	1	1
Questões genéricas (exploratórias)					
Q2. A corrupção tem consequência para o povo.	1	1	2	9	88
Q4. A impunidade incentiva a corrupção.	1	1	4	16	77
Q6. Educar as crianças visando combater a corrupção, surte efeito.	1	2	5	22	71
Q9. Melhor endurecer as leis do que investir em educação	67	19	7	4	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Evidencia-se os aspectos associados de forma mais efetiva à corrupção, considerando as questões com maior percentual de resposta em cada dimensão, com a elaboração da correlação existente com a idade dos respondentes. A Tabela 3 apresenta a correlação entre idade e “O Brasil é um país corrupto” e observa-se que entre as idades de 18 a 21 anos, 234 dos respondentes ou seja 68% da amostra com a idade 18 a 21, concordam totalmente com a afirmação. Ainda, nas idades de 21 a 30 anos, o total de concordância total, foi ainda mais alto, chegando a 64%, sendo 430 da amostra na idade mencionada.

Tabela 3 - Estratificação entre idade e “O Brasil é um país corrupto”. (p = 0.001)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	3 (0.9%)	0 (0%)	12 (3.5%)	95 (27.6%)	234 (68%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	9 (1.3%)	20 (3%)	22 (3.3%)	187 (28%)	430 (64.4%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	4 (1.9%)	8 (3.8%)	9 (4.2%)	68 (32.1%)	123 (58%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	8 (5.1%)	8 (5.1%)	4 (2.6%)	51 (32.7%)	85 (54.5%)	156 (11.2%)
+ 61 anos	1 (11.1%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (33.3%)	5 (55.6%)	9 (0.6%)
Total	25 (1.8%)	36 (2.6%)	47 (3.4%)	404 (29.1%)	877 (63.1%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A correlação apresentada na Tabela 4, referente a questão “A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo”, mostra que os respondentes da amostra possuem a percepção proporcional nas faixas etárias entre 18 e 60, tendo uma pequena queda na faixa + de 60 anos.

Tabela 4 - Estratificação entre idade e “A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo”. ($p = 0.448$)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	236 (68.6%)	64 (18.6%)	15 (4.4%)	16 (4.7%)	13 (3.8%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	458 (68.6%)	131 (19.6%)	34 (5.1%)	20 (3%)	25 (3.7%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	142 (67%)	41 (19.3%)	8 (3.8%)	12 (5.7%)	9 (4.2%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	105 (67.3%)	34 (21.8%)	4 (2.6%)	9 (5.8%)	4 (2.6%)	156 (11.2%)
+ 61 anos	5 (55.6%)	1 (11.1%)	2 (22.2%)	1 (11.1%)	0 (0%)	9 (0.6%)
Total	946 (68.1%)	271 (19.5%)	63 (4.5%)	58 (4.2%)	51 (3.7%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 5, é possível observar a correlação entre idade e “O brasileiro tem uma ótima educação política”, e se constatou que houve mais de 80% de discordância total na amostra com as faixas etárias entre 18 e 60 anos.

Tabela 5 - Estratificação entre idade e “O brasileiro tem uma ótima educação política”. ($p = 0.001$)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	283 (82.3%)	45 (13.1%)	13 (3.8%)	2 (0.6%)	1 (0.3%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	548 (82%)	82 (12.3%)	24 (3.6%)	9 (1.3%)	5 (0.7%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	171 (80.7%)	24 (11.3%)	10 (4.7%)	3 (1.4%)	4 (1.9%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	127 (81.4%)	20 (12.8%)	3 (1.9%)	4 (2.6%)	2 (1.3%)	156 (11.2%)
+ 61 anos	4 (44.4%)	2 (22.2%)	0 (0%)	2 (22.2%)	1 (11.1%)	9 (0.6%)
Total	1133 (81.6%)	173 (12.5%)	50 (3.6%)	20 (1.4%)	13 (0.9%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 6 apresenta os dados de correlação na amostra entre a idade e “Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros do governo” e mostra que na faixa etária entre 31 a 40 anos, a proporção de discordância total foi de 85%, enquanto nas demais faixas etárias as porcentagens foram ligeiramente menores.

Tabela 6 - Estratificação entre idade e “Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros do governo”. ($p < 0.023$)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	271 (78.8%)	36 (10.5%)	15 (4.4%)	13 (3.8%)	9 (2.6%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	541 (81%)	49 (7.3%)	28 (4.2%)	35 (5.2%)	15 (2.2%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	181 (85.4%)	11 (5.2%)	9 (4.2%)	10 (4.7%)	1 (0.5%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	127 (81.4%)	9 (5.8%)	7 (4.5%)	7 (4.5%)	6 (3.8%)	156 (11.2%)
+ 61 anos	7 (77.8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (22.2%)	9 (0.6%)
Total	1127 (81.1%)	105 (7.6%)	59 (4.2%)	65 (4.7%)	33 (2.4%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao observar a tabela 7, a correlação de idade com “Eu já pedi para um amigo policial os locais de blitz para evitá-las”, mostra nas idades entre 18 a 60 anos, as porcentagens foram acima de 85% para discordância total.

Tabela 7 - Estratificação entre idade e “Eu já pedi para um amigo policial os locais de blitz, para evitá-las”. ($p = 0.199$)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	305 (88.7%)	4 (1.2%)	29 (8.4%)	3 (0.9%)	3 (0.9%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	579 (86.7%)	17 (2.5%)	47 (7%)	14 (2.1%)	11 (1.6%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	179 (84.4%)	9 (4.2%)	15 (7.1%)	3 (1.4%)	6 (2.8%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	137 (87.8%)	9 (5.8%)	7 (4.5%)	2 (1.3%)	1 (0.6%)	156 (11.2%)
+ de 61 anos	9 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	9 (0.6%)
Total	1209 (87%)	39 (2.8%)	98 (7.1%)	22 (1.6%)	21 (1.5%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 8, apresenta-se a correlação da idade e “Eu já troquei um favor por meu voto”, mostrando que nas idades entre 18 e mais de 60 anos as porcentagens para discordância total foi mais de 90%.

Tabela 8 - Estratificação entre idade e “Eu já troquei um favor por meu voto”. ($p = 0.126$)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	326 (94.8%)	2 (0.6%)	11 (3.2%)	3 (0.9%)	2 (0.6%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	616 (92.2%)	8 (1.2%)	28 (4.2%)	11 (1.6%)	5 (0.7%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	193 (91%)	7 (3.3%)	8 (3.8%)	2 (0.9%)	2 (0.9%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	143 (91.7%)	6 (3.8%)	4 (2.6%)	1 (0.6%)	2 (1.3%)	156 (11.2%)
+ de 61 anos	8 (88.9%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (11.1%)	0 (0%)	9 (0.6%)
Total	1286 (92.6%)	23 (1.7%)	51 (3.7%)	18 (1.3%)	11 (0.8%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

“A corrupção tem consequência para o povo”, correlacionada com a idade, mostra na Tabela 9, que nas idades de 18 a 60 anos, mais de 85% da amostra concorda totalmente com a afirmação.

Tabela 9 - Estratificação entre idade e “A corrupção tem consequência para o povo”. ($p = 0.099$)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	4 (1.2%)	1 (0.3%)	6 (1.7%)	36 (10.5%)	297 (86.3%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	5 (0.7%)	4 (0.6%)	19 (2.8%)	61 (9.1%)	579 (86.7%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	6 (2.8%)	2 (0.9%)	2 (0.9%)	14 (6.6%)	188 (88.7%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	2 (1.3%)	1 (0.6%)	0 (0%)	8 (5.1%)	145 (92.9%)	156 (11.2%)
+ de 61 anos	0 (0%)	0 (0%)	1 (11.1%)	0 (0%)	8 (88.9%)	9 (0.6%)
Total	17 (1.2%)	8 (0.6%)	28 (2%)	119 (8.6%)	1217 (87.6%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A idade e “A impunidade incentiva a corrupção”, obteve porcentagens acima de 75% nas faixas etárias entre 18 e 60 anos (tabela 10).

Tabela 10 - Estratificação entre idade e “A impunidade incentiva a corrupção”. (p = 0.021)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	7 (2%)	3 (0.9%)	19 (5.5%)	54 (15.7%)	261 (75.9%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	6 (0.9%)	10 (1.5%)	34 (5.1%)	116 (17.4%)	502 (75.1%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	6 (2.8%)	2 (0.9%)	6 (2.8%)	31 (14.6%)	167 (78.8%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	0 (0%)	1 (0.6%)	0 (0%)	22 (14.1%)	133 (85.3%)	156 (11.2%)
+ de 61 anos	0 (0%)	0 (0%)	2 (22.2%)	2 (22.2%)	5 (55.6%)	9 (0.6%)
Total	19 (1.4%)	16 (1.2%)	61 (4.4%)	225 (16.2%)	1068 (76.9%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 11, é possível notar que a afirmação “Educar as crianças visando combater a corrupção, surte efeito”, correlacionada com a idade, mostrou que nas idades de 18 a 21 anos, a porcentagem de concordância total foi de 65% nas faixas etárias da sequência as porcentagens obtiveram maior porcentagens. Ainda, é possível observar que a concordância parcial obtém entre 15 e 25% nas faixas etárias entre 18 e 60 anos.

Tabela 11 - Estratificação entre idade e “Educar as crianças visando combater a corrupção, surte efeito”. (p = 0.026)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	4 (1.2%)	8 (2.3%)	18 (5.2%)	90 (26.2%)	224 (65.1%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	9 (1.3%)	10 (1.5%)	36 (5.4%)	150 (22.5%)	463 (69.3%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	2 (0.9%)	3 (1.4%)	10 (4.7%)	33 (15.6%)	164 (77.4%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	4 (2.6%)	0 (0%)	4 (2.6%)	24 (15.4%)	124 (79.5%)	156 (11.2%)
+ de 61 anos	0 (0%)	0 (0%)	2 (22.2%)	1 (11.1%)	6 (66.7%)	9 (0.6%)
Total	19 (1.4%)	21 (1.5%)	70 (5%)	298 (21.5%)	981 (70.6%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 12, a correlação entre a idade e “Melhor endurecer as leis do que investir em educação”, mostra que mais de 70% da amostra na faixa etária de 18 a 21, discorda totalmente da afirmação. Nas faixas etárias da sequência, há uma queda na proporção das respostas, com valores entre 55 e 65% de discordância total. Ainda, há respondentes com discordância parcial com porcentagens entre 15 e 20% nas faixas etárias entre 18 e 60 anos.

Tabela 12 - Estratificação entre idade e “Melhor endurecer as leis do que investir em educação”. (p = 0.006)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Total
18 a 21 anos	244 (70.9%)	58 (16.9%)	28 (8.1%)	11 (3.2%)	3 (0.9%)	344 (24.8%)
21 a 30 anos	453 (67.8%)	130 (19.5%)	45 (6.7%)	21 (3.1%)	19 (2.8%)	668 (48.1%)
31 a 40 anos	127 (59.9%)	46 (21.7%)	18 (8.5%)	12 (5.7%)	9 (4.2%)	212 (15.3%)
41 a 60 anos	99 (63.5%)	28 (17.9%)	9 (5.8%)	13 (8.3%)	7 (4.5%)	156 (11.2%)
+ de 61 anos	7 (77.8%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (22.2%)	0 (0%)	9 (0.6%)
Total	930 (67%)	262 (18.9%)	100 (7.2%)	59 (4.2%)	38 (2.7%)	1389 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se uma síntese sobre a percepção dos participantes da pesquisa referente às variáveis investigadas, de acordo com os diferentes aspectos e perspectivas associados à corrupção, conforme Quadro 2, apresentado no capítulo 3, subdivididas em: percepção que a pessoa tem do Brasil como um todo; percepção que o indivíduo tem com relação a suas próprias atitudes; percepção de pessoas que os rodeiam; percepção das leis; percepção das políticas públicas; e percepção sobre a esperança em um futuro e possíveis medidas sanadoras ou minimizadoras da corrupção.

4.6.1 Percepção do todo – percepção que a pessoa tem do Brasil como um todo.

A percepção da amostra referente ao Brasil como um todo, mostrou que a maioria dos respondentes admitem que o Brasil é um país corrupto, onde a corrupção é uma das maiores do mundo. Nota-se ainda que a amostra não entende que a política social em nosso país seja adequada a nossa necessidade. Sobre as últimas eleições, nota-se que na amostra a percepção da amostra em sua maioria não entende que o governo federal está cumprindo o prometido em campanha. O governo estadual, está cumprindo em partes, a escala Likert para a questão do governo federal se mostrou homogênea entre os 5 níveis apresentados.

Nesse sentido, a questão sobre o brasileiro conhecer seus direitos também obteve grande discordância na amostra. A última questão da análise macro mostra que os respondentes acham os políticos corruptos. Na etapa macroespacial as questões sobre se “dar bem” na cidade só sendo amigos das pessoas, se apresentou homogênea, igualmente a questão burocrática funcionar somente se conhecer algum servidor público.

4.6.2 Autopercepção - percepção que o indivíduo tem com relação a suas próprias atitudes.

Os respondentes na amostra em sua autopercepção não acreditam que sejam corruptos, nem mesmo nos pequenos gestos como furar a fila. A maioria declara seus impostos anualmente e pede nota fiscal ao realizar compras. Grande parte da amostra não pediu favores para amigos funcionários públicos. Ainda, a amostra nunca trocou votos por favores em sua maioria. O restante das respostas das questões se mostrou homogênea na percepção que cada respondente tem de si mesmo, a maioria das respostas foi de concordância parcial para o conhecimento dos direitos fundamentais, entendimento do sistema político, ser politizado e ter educação ideológica.

4.6.3 Percepção de pessoas que os rodeiam - percepção do entrevistado referente a se considerar rodeado (vizinho/amigos) de corrupção.

Os respondentes, em parte, acreditam que seus amigos e/ou vizinhos são corruptos, pois já os presenciaram cometendo algum ato considerado corrupto. Por outro lado, na questão sobre blitz na cidade, a maior parte dos respondentes nunca presenciou tal fato, incluindo também a questão sobre presenciar alguém subornar policial, a amostra em grande parte nunca passou por essa situação.

4.6.4 Percepção das leis - percepção sobre se a culpa da corrupção elevada é motivada apenas pela falta de leis punitivas e analisar seu conhecimento legal.

Sobre as leis no Brasil serem justas, a amostra aparece homogênea não havendo um nível na escala Likert que se sobressaia. Sobre o brasileiro ter uma ótima educação política, mais de 80% da amostra entende que não é verdade, ainda é importante notar que a amostra entendeu que o governo federal, estadual e municipal não investe na educação; pois querem o povo alienado. Ainda, a amostra reconhece em grande parte que o brasileiro não conhece seus deveres como cidadãos.

4.6.5 Percepção das políticas públicas (saúde, segurança, ensino, transporte) - percepção sobre o alto índice de corrupção e sua influência das políticas públicas.

A respeito do transporte público e as empresas que atuam no transporte público os respondentes na maioria entendem que não é adequado e justo a necessidade do brasileiro. O

processo eleitoral, obteve respostas ligeiramente homogêneas, evidenciando que a amostra não possui grande semelhança nas respostas.

A amostra entende que a violência e a segurança pública não são adequadas, foi possível notar que a maioria discordou das afirmações a respeito de segurança e violência. Sobre cultura, educação e educação pública, a amostra entende que, no Brasil, a qualidade dos serviços citados não é adequada a necessidade da população. Sobre o brasileiro ter uma ótima educação política, mais de 80% da amostra entende que não é verdade, ainda é importante notar que a amostra entendeu que o governo federal, estadual e municipal não investe na educação; pois querem o povo alienado.

4.6.6 Percepção sobre a esperança em um futuro e possíveis medidas sanadoras ou minimizadoras da corrupção percepção da relação entre o grau de esperança dos entrevistados e a educação como medida preventiva quanto a corrupção.

Na análise sobre a esperança em um futuro, a amostra apresentou homogeneidade na escala Likert na questão sobre que o Brasil não ter solução, pois a corrupção está entranhada na cultura. Grande parte da amostra acredita que educar as crianças visando combater a corrupção surte efeito; ainda, a amostra, em sua maioria, discorda que ensino religioso seja mais importante que cidadania e direito fundamentais. Nota-se ainda que nessa etapa os entrevistados acreditam que sabendo os deveres como cidadãos a corrupção diminuiria e o investimento na educação é melhor do que endurecer as leis.

4.5 PROPOSTA DE AÇÕES

A partir da exposição dos resultados deste estudo, apresenta-se na Tabela 13 um Plano de Ações para incentivar o combate à corrupção. Salienta-se que os dados coletados no instrumento de pesquisa e as respostas mostraram que os respondentes entendem que a educação é um bom instrumento para a cidadania e combate da corrupção. Dessa forma, apresenta-se as principais atividades, que considerando as premissas do referencial teórico e os resultados da pesquisa, julga-se necessário para incentivar o combate à corrupção e os motivos que justificam a proposição de cada medida.

Tabela 13 - Plano de Ações para incentivar o combate à corrupção

Atividade	Motivos
1. Medidas para prevenir danos ao patrimônio público	O patrimônio é de todos e deve ser cuidado e preservado e, além disso, o controle social deve ser ensinado para promover a participação do cidadão da gestão pública.
2. Prevenir ilegalidades específicas em cada órgão	Para haver equidade entre os órgãos é necessário o controle social, pois é indispensável para a pessoa que não seja de órgão público o poder fiscalizar.
3. Promoção de eventos entre instituições públicas e privadas para incentivar o combate a corrupção	Incentivar a investigação científica entre as instituições acerca da corrupção e seus malefícios. Segundo Freire (2005), o educador não se contenta mais em transmitir o conhecimento, mas em recebê-lo, por meio da troca saudável entre o educador e o educando, que, por sua vez, alternam em papéis de comando, permitindo crescer juntos, esquecendo o sistema hierárquico conhecido como tradição opressora educação.
4. Executar ações que promovam o controle social e a mobilização popular	Para a população saber onde o seu dinheiro é investido. Assim, o controle social revela-se como complemento indispensável ao controle institucional exercido pelos órgãos fiscalizadores.
5. Treinamento de pessoal para fiscalizar, identificar e punir atos de corrupção nas instituições	Incentivar servidores a fiscalizar o patrimônio. Mesmo sem participar dos conselhos gestores de políticas públicas, cada cidadão ou grupo de cidadãos, isoladamente ou em conjunto com organizações da sociedade civil, pode fiscalizar os recursos públicos.
6. Elaboração de cartilhas, manuais e protocolos com dados sobre o combate a corrupção	Educar a população para o entendimento do que é corrupção e no seu combate. Segundo Morin (2005), longe de qualquer discurso fantasioso, é claro, o desenvolvimento humano envolve uma partilha igualitária dos direitos dos povos, e é lógico aceitar um catálogo universal de direitos fundamentais para a felicidade das gerações presentes e futuras.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo em vista a persistente repercussão de atos corruptos no Brasil, envolvendo a condenação de empresários e políticos poderosos, além da devolução de valores aos cofres públicos, torna-se grande o interesse engajar e tornar ativa a população para fins de fiscalizar e combater a corrupção.

Assim, a partir dos dados expostos nesse estudo, em que se buscou identificar como a corrupção pode ser combatida, encontrou-se respostas que identificaram a consciência em relação às consequências da educação no combate à corrupção. A educação como instrumento de sensibilização para a democracia seria uma ruptura com os estereótipos verticais que caracterizam a atual estrutura educacional tradicional (patriarcal) brasileira. Pode-se perceber, também, que ao contrário da educação opressora tradicional, a educação para a consciência

requer um esforço constante por parte das pessoas, por meio do exercício de sua consciência reflexiva como matéria, presente no mundo em que atuam.

Pode-se refletir, de acordo com Neto (2008), que o sistema educacional tradicional, caracterizado pelo Estado patriarcal, esquece a necessária tarefa de dar a conhecer o conhecimento, ou seja, o ensino fica totalmente sobrecarregado pelos erros e ilusões do passado e do presente. A moralidade humana não pode ser considerada um fator chave para o sucesso da educação como ferramenta cognitiva. O autor coloca, ainda, que é preciso entender a diferença de ensino libertário e libertinagem irresponsável e sem limites.

Em suma, um sujeito sem reflexão, sem contenção, com niilismo, é visto como presa fácil para quem está no poder. Oculto por meio de um discurso democrático e liberal, o estado patriarcal brasileiro destaca a ilusão de modernidade, igualdade constitucional e de direitos fundamentais (NETO, 2008). Dessa forma, torna-se cada vez mais emergente uma educação em que a população tenha acesso a história verdadeira, aos seus direitos fundamentais e as leis que regem o país. O controle social é parte fundamental para a mudança dos hábitos conhecidos no país como “jeitinho brasileiro”. Ferrajoli (2002) salienta que a corrupção domina as razões e os hábitos do dia a dia no Brasil. Nesse sentido, a parte visível do problema representa somente uma pequena parte de seu volume total. Para o autor, a corrupção não será combatida com eficácia apenas com um sistema avançado de exercício de direitos básicos; pois é necessário inclusão e valorização da igualdade, da justiça, do respeito e da integridade, sendo que a educação tem o papel de moldar valores na sociedade.

Neste contexto, a inclusão de temas pertinentes à corrupção (definição, consequências e formas de combate) e sobre cidadania, aplicados por meio de disciplinas transversais, direcionadas às crianças e adolescentes brasileiros, proporcionaria conhecimento e conscientização do papel de cada indivíduo na sociedade e uma mudança de atitude em relação a gestão e ao controle dos recursos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos autores demonstraram a importância de conhecer as raízes da corrupção, como se apresentam e como pode ser combatida. O agente transgressor, isto é, a pessoa que realiza o ato corrupto busca o benefício próprio sem pensar nos indivíduos que possam ser prejudicados no meio do caminho. A partir desse comportamento, o corrupto não segue regulamentos, obrigações éticas e morais até chegar ao resultado do benefício.

Essa pesquisa tem como objetivo geral, o estudo da percepção da corrupção com o intuito de propor ações na esfera pública e contribuir para o combate da corrupção. Nesse sentido, para chegar ao objetivo geral, destacam-se os objetivos específicos: (a) Verificar a percepção de estudantes da Universidade Federal de Santa Maria sobre a corrupção; (b) Investigar quais aspectos estão associados de forma mais efetiva à corrupção; e, (c) Identificar em quais quesitos referentes à corrupção são necessárias ações para ampliar a conscientização e o combate à corrupção.

Assim, constatou-se que nos dados macroespaciais se destacaram as maiores somas de percentual de resposta na questão 1, na qual a afirmativa é “O Brasil é um País corrupto”, questão 4: “A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo”, a qual a maioria das respostas foram negativas e a questão 19: “O brasileiro tem uma ótima educação política”. Na qual quase 100% dos respondentes não percebem o brasileiro com ótima educação política.

Nos dados microespaciais, as questões que se destacaram foram 3: “Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros do governo”, a qual grande parte das respostas foram negativas; na questão 9: “Eu já pedi para um amigo policial os locais de blitz, para evitá-las”, que também foram em sua maior parte negativas; e a questão 12: “Eu já troquei um favor por meu voto”, que a maioria declinou.

Nos dados referentes a questões genéricas (exploratórias), sobre a corrupção as questões que obtiveram grande parte das respostas negativas foram, questão 2: “A corrupção tem consequência para o povo”, questão 4: “A impunidade incentiva a corrupção.”, a questão 6: “Educar as crianças visando combater a corrupção, surte efeito”; e, pôr fim, a questão 9: “Melhor endurecer as leis do que investir em educação”.

Considerando os resultados da pesquisa, pode-se inferir que os respondentes entendem o que é a corrupção, percebem quando alguém próximo reproduz algum ato de corrupção e tem a percepção de que no Brasil existe muita corrupção, principalmente no que diz respeito a classe política. Ainda, notou-se que os respondentes não entendem que a segurança pública e os serviços públicos, em geral no Brasil, sejam adequados para a realidade. Os resultados destacaram que os respondentes têm a noção de que a educação é uma forma efetiva de combate a corrupção, conhecer os direitos fundamentais e incentivar as crianças a conhecer seus direitos.

A fim de colaborar com o incentivo ao combate a corrupção, ainda foi elaborado um plano de ação, com algumas atividades e os porquês de cada uma. A observação das respostas da amostra, evidencia certa vontade de viver em um país sem corrupção. Nesse sentido, o plano de ação elaborado, traz medidas simples para promover o controle social e a população entender

que com ele, a corrupção pode ser investigada, fiscalizada, amenizada e principalmente combatida.

É necessário educar a população sobre os seus direitos e deveres, assim como é necessária a construção de cartilhas, manuais, vídeos informativos e debates acerca do assunto corrupção, com essas medidas o Brasil começará se encaminhar para o combate desse mal.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a promoção de combate a corrupção na gestão pública. Face a pandemia mundial da covid19, o estudo possuiu algumas limitações, pois o questionário, na ideia inicial, seria aplicado presencialmente e poderia abranger uma população maior e diversificada, não apenas aos que têm acesso ao sistema de formulários da UFSM.

Recomenda-se para estudo futuros, realizar a pesquisa em outras instituições de ensino, incluindo instituições de ensino médio, com objetivo de compreender a percepção de jovens adolescentes que ainda não estão aptos para votar.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 73, p. 33-37, nov. 2005.
- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- AMUNDSEN, I. **Political corruption: an Introduction to the Issues**. Bergen: Chr. Michelsen Institute - Development Studies and Human Rights, 1999. p. 1-33.
- ANDVIG, J. C.; FJELDSTAD, O. **Corruption: a review of contemporary research**. Oslo: Chr. Michelsen Institute, Development Studies and Human Rights, 2001. p. 122.
- ARAÚJO, Marcelo; SANCHEZ, Oscar Adolfo. A corrupção e os controles internos do Estado. **Lua nova**, São Paulo, 65: 137- 173, 2005.
- BLUNDO, G.; SARDAN, J. P. O. La corruption comme terrain. Pour une approche socio-anthropologique. In: BLUNDO, G. *et al.* **Monnayer les pouvoirs**. Espaces, mécanismes et représentations de la corruption. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- BREI, Z. A. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**. 30.1 (1996): 64-77.
- COUTRIM, R. M. E. *et al.* **A prática de corrupção em empresas**. Itabirito: [s. n.], 2005.
- DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Tradução: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro, Companhia de Freud. 2005.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FERRAJOLI, L. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002. p. 683-766.
- FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, nº 2, p. 386-421, Nov. 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2005, p. 79: Prática bancária é a educação tradicional como prática de dominação dos educandos oprimidos, característica da dominação tradicional patrimonial.
- HAIR JR., J. F., BABIN, B., MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman. 2005.
- KHAN, M. Corruption and Governance. In: JOMO, S. Kwame; FINE, Ben, (Ed.). **The New Development Economics: after the Washington Consensus**. London: Zed Press and Tulika, 2006. p. 200-221.
- LARMOUR, P.; WOLANIN, N. **Corruption and anti-corruption**. Canberra: AsiaPacific Press, 2006. 286 p.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo, Cortez. Brasília, DF: UNESCO. 2005.

PINTO, J. *et al.* Corrupt organizations or organizational of corrupt individuals? Two types of organization-level corruption. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 3, p.685-709, July 2008.

RABL, T. The Impact of Situational Influences on Corruption in Organizations. **Journal of Business Ethics**, v.100, n.1, p. 85-101, 2011.

SARTRE, J-P. **El hombre y las cosas**. Buenos Aires. Losada S.A. 1965. p. 25-26.

SOARES, L. E. **Crime organizado**. In: AVRITZER, Leonardo *et al.* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 405-420.

WAJSMAN, A. C. Z. O combate à corrupção e a participação popular:uma possibilidade viável.

<<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/search/authors/view?firstName=Ana%20Cristina&middleName=Zuccaro&lastName=Wajsman&affiliation=Receita%20Federal%20do%20Brasil%20%E2%80%93%20SJC%20FSP&country=>> Acesso: 07 de set de 2020

WELLS, J. T. **Principles of fraud examination** (2nd ed.). Hoboken, NJ: JohnWiley & Sons. 2008.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A TOLERÂNCIA (OU A CAPACIDADE DE SENTIR) A CORRUPÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO DE CIDADANIA NA PARA JOVENS COMO MEDIDA DE CONSCIENTIZAÇÃO

Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o intuito de averiguar a sua percepção sobre a corrupção em jovens, para elaborar uma proposta de política pública de ensino de cidadania com intuito de conscientização e combate a corrupção. Os responsáveis pela presente pesquisa se comprometem a preservar o anonimato e a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho.

Por favor, leia o **TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (abaixo em anexo)

Após a leitura, assinale a opção a seguir, caso concorde com os termos, e prossiga com a pesquisa.

1ª ETAPA - Dados de identificação (todos os dados de identificação são sigilosos)

- a) IDADE
 - a. Até 17 anos;
 - b. De 18 a 20 anos;
 - c. De 20 a 30 anos;
 - d. De 30 a 40 anos;
 - e. De 40 a 60 anos;
 - f. Mais de 60 anos.

- b) SEXO
 - a. Feminino
 - b. Masculino
 - c. Outro
 - d. Prefiro não responder

- c) CIDADE
 - a. Digital

- d) RENDA

- a. Até R\$ 500,00 mensais
 - b. De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 mensais
 - c. De R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00 mensais
 - d. De R\$ 3.001,00 a R\$ 6.000,00 mensais
 - e. Mais de R\$ 6.001,00 mensais
- e) ETNIA IBGE
- a. Branca
 - b. Parda
 - c. Preta
 - d. Amarela
 - e. Indígena
 - f. Outra
- f) NIVEL DE ENSINO
- a. Analfabeto
 - b. Fundamental Incompleto
 - c. Fundamental Completo
 - d. Médio Incompleto
 - e. Médio Completo
 - f. Superior Incompleto
 - g. Superior Completo
 - h. Pós-graduação Incompleta
 - i. Pós-graduação Completa
- g) NIVEL FUNDAMENTAL INSTITUIÇÃO
- a. Escola Pública
 - b. Escola Privada
- h) NIVEL MÉDIO INSTITUIÇÃO
- a. Escola Pública
 - b. Escola Privada
- i) NIVEL SUPERIOR INSTITUIÇÃO
- a. Instituição Pública
 - b. Instituição Privada
- j) EM SUA EDUCAÇÃO, TEVE ALGUMA DISCIPLINA, COM CONTEÚDO SOBRE
- a. Cidadania
 - b. Ética
 - c. Corrupção
 - d. Moral e Cívica
 - e. Sociologia
 - f. Ensino Religioso
- k) FUNCIONARIO PÚBLICO

- a. Sim
- b. Não

2ª ETAPA – PERCEPÇÃO

Utilizando a ESCALA LIKERT, responda conforme sua concordância com as afirmações abaixo.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Macro

1. O Brasil é um país corrupto.
2. As leis no Brasil são justas.
3. A mídia em nosso país visa somente a informação verdadeira ao cidadão.
4. A corrupção em nosso país é uma das menores do mundo.
5. A política social em nosso país é adequada a nossa necessidade.
6. O governo Federal atual, está cumprindo o prometido em campanha eleitoral.
7. O governo Estadual atual, não esta cumprindo o prometido em campanha eleitoral.
8. O transporte público no Brasil é adequado à necessidade da população.
9. As empresas de transporte público no Brasil são escolhidas de maneira justa.
10. O processo eleitoral em nosso país é justo e adequado.
11. O sistema de saúde em nosso país é adequado.
12. A segurança pública em nosso país é adequada.
13. Os policiais no trânsito, não multam em troca de dinheiro.
14. A violência tem diminuído a cada dia no Brasil.
15. O investimento em esporte e cultura em nosso país é adequado.
16. A qualidade dos serviços públicos tem melhorado a cada ano no Brasil.
17. A educação pública em nosso país é adequada à nossa necessidade.
18. O desemprego tem diminuído a cada dia no Brasil.
19. O brasileiro tem uma ótima educação política.
20. O brasileiro conhece seus direitos.
21. Os governos federal, estadual e municipal não investem em educação pois querem um povo alienado.
22. O brasileiro não conhece seus deveres de cidadão.
23. O ensino no Brasil é ideológico e tem viés político.
24. O povo do brasileiro é integro.
25. Os políticos brasileiros são corruptos.

Micro

26. Eu sou corrupto, em pequenos gestos como furar a fila.
27. Declaro meus impostos anualmente.
28. Já inseri dados que não condizem com a realidade em cadastros do governo.
29. Nunca peço a nota fiscal.
30. Sempre coloco meu CPF, quando realizo compras.
31. Eu já vi meu vizinho/amigo cometendo atos que considero errados.
32. Eu considero meu vizinho/amigo corrupto.
33. Já vi meus amigos compartilhando locais de blitz na cidade e me usei disso para desviá-las.
34. Eu já pedi para um amigo policial os locais de blitz, para evitá-las.
35. Eu já pedi favores funcionais para amigos servidores públicos.
36. Eu já presenciei alguém tentando subornar um policial.
37. Eu já troquei um favor por meu voto.
38. Eu já li a Constituição Federal e conheço meus direitos fundamentais.
39. Eu não entendo nossas leis e nossa Constituição Federal.
40. Eu entendo nosso sistema político.
41. Para se “dar bem” nesta cidade só sendo amigo das pessoas certas.
42. Sou uma pessoa politizada.
43. Não considero minha educação ideológica.
44. Eu conheço meus direitos.
45. A burocracia de minha cidade só funciona se tiver um amigo funcionário público.

3ª ETAPA – EXPLORATÓRIA

46. O Brasil não tem solução, a corrupção está entranhada em nossa cultura.
47. A corrupção não tem nenhuma consequência para o povo.
48. Os políticos corruptos sempre saem impunes.
49. A impunidade incentiva a corrupção.
50. Leis mais severas não diminuem a corrupção, pois as pessoas sempre irão achar uma forma de burlar o sistema.
51. Educar as crianças visando combater a corrupção, não surte efeito.
52. Ensino religioso é mais importante que ensinar cidadania (direitos fundamentais) na escola.
53. Se todos soubessem seus deveres como cidadãos a corrupção reduziria no Brasil.
54. Melhor endurecer as leis do que investir em educação.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante convidamos você a participar da pesquisa A TOLERÂNCIA (OU A CAPACIDADE DE SENTIR) A CORRUPÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO DE CIDADANIA COMO MEDIDA DE CONSCIENTIZAÇÃO. A pesquisa tem por finalidade apresentar o panorama geral do problema a ser resolvido, analisar a tolerância a corrupção em jovens e propor uma política pública para a conscientização de jovens, desenvolvido por Thiago Carrão Sturmer, discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da UFSM, Campus Sede de Santa Maria, sob orientação do Professor Dr^a. Dalva Maria Righi Dotto. O objetivo central é analisar a tolerância a corrupção em jovens e propor uma política pública para a conscientização de jovens. Este estudo trata contribuições teóricas para o campo de estudos em processo de elaboração de possíveis medidas de combate a corrupção e poderá auxiliar os gestores a compreender melhor o comportamento dos indivíduos em relação com o entendimento do que é corrupção.

O convite a sua participação se deve à adequação de seu perfil com o público-alvo buscado por nossa pesquisa. O entendimento de sua opinião e percepção sobre a corrupção é de grande valia para que possamos entender mais aspectos relacionados a tolerância e capacidade de sentir e, assim, contribuir para a área de investigação de Gestão de Organizações Públicas.

A sua participação leva, aproximadamente, 20 minutos e consistirá, primeiramente, respondendo em um processo de concordar ou não com as afirmações apresentadas e o grau de sua concordância.

Você tem plena autonomia para decidir se quer participar ou não, bem como desistir da colaboração neste estudo a qualquer momento, sem necessidade de explicação, sem nenhuma forma de penalização. Você não receberá remuneração nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. A confidencialidade e privacidade das informações prestadas por você serão garantidas. Os dados brutos coletados nesta pesquisa serão mantidos nas instalações do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão descartados.

Os resultados deste estudo serão divulgados apenas em eventos e ou publicações científicas, havendo sigilo de seus dados pessoais. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar a pesquisadora informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio dos contatos explicitados neste termo. Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue à pesquisadora. Desde já, agradecemos sua colaboração!

Santa Maria, 08 de junho de 2020.

Dr^a. Dalva Maria Righi Dotto

Thiago Carrão Sturmer

Contato: (55) 991108625 - Email: tsturmer@gmail.com

Endereço: Av. Roraima, 1000, prédio 74C, Sala 4220, Cep 97015-372, Santa Maria – RS.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar.

Assinatura